

ZÉLIA MARTINS CALADO

MULHERES SÓS

Um estudo de caso na vila de Alhos Vedros

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA TERESA JOAQUIM

Universidade Aberta

Lisboa – 2008

ZÉLIA MARTINS CALADO

MULHERES SÓS

Um estudo de caso na vila de Alhos Vedros

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA TERESA JOAQUIM

Universidade Aberta

Lisboa – 2008

AGRADECIMENTOS

Para a concretização desta dissertação relativa ao 8º curso de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, contribuíram um conjunto de pessoas com a sua disponibilidade e amizade às quais gostaria de apresentar os meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora Professora Doutora Teresa Joaquim, que me acompanhou em todos os momentos, mesmo nos mais difíceis e me motivou para a realização deste trabalho, sem ela o mesmo não teria sido possível.

A todas as mulheres que aceitaram participar no estudo, compartilhando um pouco das suas histórias.

À Drª Helena Fernandes, directora técnica do Lar Pedro Rodrigues da Costa.

À Helena, pela amizade que foi criada e pelo encorajamento.

À Susana, não só pela amizade, mas pelos conselhos metodológicos, força e incentivo que me deu nos momentos mais difíceis.

A todos os colegas do Mestrado, pelo apoio e pelos momentos de boa disposição.

À Marie Laure e à Valerie pela colaboração nas traduções.

Aos meus primos Pedro e Ricardo pelo apoio a nível informático e por acreditarem que era possível.

À minha família, particularmente à Teresa pelo seu apoio, e por nos momentos de maior desânimo me fazer acreditar “que valia a pena lutar até ao fim”.

À memória dos meus pais!

RESUMO

Esta dissertação pretendeu analisar e tentar compreender como é que as mulheres sós (solteiras, viúvas e divorciadas) residentes na vila de Alhos Vedros e no lar Pedro Rodrigues da Costa (concelho da Moita) se sentem em relação à família, aos amigos e à sociedade. A questão inicial da investigação foi formulada do seguinte modo: “ *A decisão de viver só, foi uma opção ou o resultado de uma trajectória de vida?*”

Viver só não é o mesmo que estar só, ou sentir-se só, ou ser uma pessoa solitária, pois são múltiplas as formas e manifestações de solidão não se cingindo a um estado civil.

A nossa abordagem à questão da solidão engloba dois casos, o das mulheres viúvas para quem o estar só não foi uma opção para as suas vidas mas sim uma situação imposta pela morte do companheiro traduzindo-se num grande inconformismo e as que optaram por ficar sós e sentem satisfação pela situação escolhida. Estas mulheres tiveram percursos de vida diferentes mas as suas trajectórias de vida culminaram numa vida a sós (sem companheiro).

A pesquisa incidiu sobre um grupo de dez mulheres, que não habitassem com um companheiro, tendo sido excluídas as casadas ou as que viviam em união de facto.

A abordagem metodológica foi de índole qualitativa, tendo a recolha de dados sido realizada através de um inquérito por entrevista. Os dados foram tratados através da análise de conteúdo segundo Carmo e Ferreira (1998). Surgiram onze temas agrupados em seis categorias. Foi a partir desta análise que encontramos os pontos fulcrais da “solidão”: A falta de afecto é vivenciada com sofrimento; a discriminação causada pela vivência solitária; a solidão não implica ausência de outros; a solidão pode significar liberdade; a solidão marca a separação de relações.

Os resultados obtidos permitiram-nos compreender a questão inicial da investigação.

Palavras-chave: Mulheres sós, Solidão, Família, Idosas, Discriminação

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to analyse and try to understand how women on their own (single women, widows and divorcees) resident in the town of Alhos Vedros and at the Pedro Rodrigues da Costa home (municipality of Moita) feel in relation to family, friends and society. The initial research question was formulated in the following way: *“Was the decision to live alone a choice or the result of a life trajectory?”*

Living alone is not the same as being alone, or feeling alone, or being a lonely person, since there are many forms and manifestations of loneliness that do not encompass just one marital status.

Our approach to the question of loneliness involves two cases: firstly, widows for whom being alone was not a life option, but rather a situation imposed by the death of their partner, a situation they find difficult to accept; secondly, those who chose to remain alone and feel satisfied with their choice. These women had different life paths but their life trajectories culminated in a life alone (without a partner).

The research involved a group of ten women, who did not live with a partner, with married women or those cohabiting being excluded.

The methodological approach was qualitative in nature, with data collected by means of a survey conducted by interview. Content analysis according to Carmo and Ferreira (1998) was used to treat the data. Eleven themes emerged, grouped into six categories. It was from this analysis that we found the pivotal points of “loneliness”: lack of affection is experienced with suffering; discrimination caused by living alone; loneliness does not imply the absence of other; loneliness can mean freedom; loneliness marks the separation of relationships.

The findings of this study allowed us to understand the initial research question.

Key words: Women on their own, Loneliness, Family, Elderly, Discrimination

RESUME

Cette dissertation a prétendu analyser et tenter de comprendre comment les femmes seules (célibataires, veuves et divorcées) résidentes dans la ville de Alhos Vedros et dans la Maison de Repos Pedro Rodrigues da Costa (Concelho de Moita) se sentent par rapport à la famille, aux amis et à la société. La question initiale de l'enquête a été formulée de la façon suivante:

“La décision de vivre seule a-t-elle été un choix ou le résultat d’une trajectoire de vie?”

Vivre seule ne signifie pas forcément être seule, ou se sentir seule, ou être quelqu’un de solitaire, puisqu’il existe de multiples formes et manifestations de solitude qui ne se restreignent pas à un état civil.

Notre abordage à la question de la solitude englobe deux cas, celui des femmes veuves, pour qui être seule n’a pas été une option de vie, mais une situation imposée par la mort du compagnon, souvent vécu dans l’inconformisme et celles qui ont choisi de rester seules et se sentent satisfaites de leur choix. Ces femmes ont des parcours différents mais leurs trajectoire aboutit dans une vie vécue seule (sans compagnon).

La recherche a porté sur un groupe de dix femmes qui n’habitent pas avec un compagnon, les femmes mariées et celles vivant en union libre ayant été exclues.

L’abordage méthodologique a été de nature qualitative, la récolte des données ayant été réalisée à travers une enquête par interview. Les données ont été traitées par le biais de l’analyse de contenu selon Carmo e Ferreira (1998). De cette analyse ont surgi onze thèmes regroupés en six catégories. C’est à partir de cette analyse que nous avons trouvé les points fondamentaux de la “solitude”. Le manque d’affection est vécu avec souffrance; la discrimination causée par la vie solitaire ; la solitude n’implique pas l’absence de l’autre ; la solitude peut signifier liberté ; la solitude établit la séparation de relations.

Les résultats obtenus nous ont permis de comprendre la question initiale d'enquête.

Mots-clés: Femmes seules, Solitude, Famille, Femmes âgées, Discrimin

ÍNDICE

	Pág.
Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico	6
Capítulo 1- Famílias	7
1.1 - Os sentimentos nas relações familiares e a sua evolução	10
1.2 - Mudanças na Família na sociedade contemporânea	14
1.3 - Conciliação da vida familiar e profissional	16
1.4 – Socialização	22
1.5 - Isolamento social	25
1.6 – Exclusão	27
1.7 - O Estar Só	31
Capítulo 2 – A Evolução da Situação da Mulher	34
2.1 - Os Movimentos Feministas e a luta pela conquista de direitos	34
2.2 - O primeiro voto feminino em Portugal	38
2.3 - O Acesso à Educação	41
2.4 – Mulheres Sós: Vários Modelos	44
Parte II - Estudo Empirico	48
Capítulo 3 – Metodologia	49
3.1 – Tipo de estudo	49
3.2 – Opção metodológica.....	49
3.3 – Questão de investigação	50
3.4 – Objectivos e motivações	50
3.5 – Relevância do estudo	51
3.6 – População	51
3.7 – Amostra e critérios de elegibilidade	52
3.8 – Instrumento de colheita de dados	53
3.9 – Preocupações éticas	54

3.10 – A fase exploratória	54
3.11 – Recolha de dados	55
3.12 – Tratamento dos dados	57
3.13 – Validação do tratamento dos dados	59
Capitulo 4 – Enquadramento do estudo	60
4.1 - A Vila de Alhos Vedros – caracterização	60
4.2 - Lar de Idosos Pedro Rodrigues da Costa – caracterização	65
Capitulo 5 – As Entrevistadas	67
Capitulo 6 - Análise dos resultados.....	78
6.1 – A Independência gera tranquilidade	87
6.1.1 – Uma maior autonomia	87
6.1.2 – Uma maior tranquilidade	89
6.2 – A falta de afecto é vivenciada com sofrimento	90
6.2.1 – A dor do abandono	90
6.2.2 – Ausência de afecto	93
6.3 – A discriminação causada pela vivência solitária	95
6.3.1 – Olhar acusador	95
6.3.2 – Discriminação	96
6.4 – A solidão não implica ausência de outros	98
6.4.1 – Solidão acompanhada	98
6.5 – A solidão pode significar liberdade	101
6.5.1 – A opção de ficar só	101
6.5.2 – As novas celibatárias	102
6.6 – A solidão marca a separação de relações	104
6.6.1 – A marca da separação	104
6.6.2 – Desencantamento	105
Considerações Finais	107
Bibliografia	112
Anexos	119

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1 – Distribuição da amostra por faixa etária.....	78
Quadro 2 – Distribuição da amostra por estado civil	78
Quadro 3 – Distribuição da amostra por numero de filhos	79
Quadro 4 – Distribuição da amostra por habilitações literárias	79
Quadro 5 – Distribuição da amostra segundo a naturalidade	80
Quadro 6 – Distribuição da amostra por situação profissional	81
Quadro 7 – Distribuição da amostra segundo outra profissão anteriormente..	81
Quadro 8 – Distribuição da amostra segundo o rendimento mensal	82
Quadro 9 – Distribuição da amostra segundo o agregado familiar	83
Quadro 10 – Distribuição da amostra segundo o local de residência anterior	83
Quadro 11 – Distribuição da amostra por ocupação dos tempos livres	83
Quadro 12 – Distribuição da amostra segundo o tempo dedicado aos programas de televisão	84
Quadro 13 – Distribuição da amostra segundo as saídas com amigos/as ...	85
Quadro 14 – Distribuição da amostra segundo o tempo que dista da última saída	85
Quadro 15 – A independência gera tranquilidade	87
Quadro 16 – A falta de afecto é vivenciada com sofrimento	90
Quadro 17 – A discriminação causada pela vivência solitária	95
Quadro 18 – A solidão não implica ausência de outros	98
Quadro 19 – A preferência por viverem sós	101
Quadro 20 – A solidão marca a separação de relações	104

INTRODUÇÃO

“Fala-se muito de solidão mas raramente nos questionamos sobre o que ela representa. Porquê? Talvez porque se suponha que, sendo vivida subjectivamente, apenas quem na realidade a vive saiba verdadeiramente o que ela é. Fora deste domínio, a solidão aparece-nos como uma abstracção despida de vivências concretas, frequentemente ao abrigo de definições estereotipadas e normativas que tendem a delimitar uma «essência comum» do que se julga ser a solidão para depois se julgar a realidade em função desses atributos” (Pais, 2006, p. 349).

Hoje em dia todos nós conhecemos mulheres que vivem sós, são quase tantas como as que estão casadas ou a viver em união de facto. É um fenómeno das sociedades dos nossos dias.

Nas últimas décadas verificou-se o aumento de núcleos residenciais de pessoas sós, especialmente os de mulheres que vivem sós de forma definitiva ou por períodos da sua trajectória de vida. De acordo com os Censos 2001 do Instituto Nacional de Estatística (INE), num total de 5 355 976 mulheres 34,7% são solteiras, 10,4% viúvas, 0,86% separadas e 2,4% divorciadas.

As mulheres chegaram ao mundo dito dos homens, um número elevado completam cursos superiores e entram no mercado de trabalho. “Desde 1960 até agora o volume de mulheres activas não tem cessado de aumentar. Representando nessa altura 13,1%, em 1996 exerciam actividade profissional 42,2% das mulheres portuguesas, valores estes com tendência para continuarem a aumentarem”. (Almeida, 1998, p.47).

A entrada crescente das mulheres na esfera pública através do emprego permitiu-lhes adquirir uma maior autonomia e individualidade, e também a oportunidade de darem às suas vidas um sentido diferente que não se reduzisse só ao casamento e à maternidade. Segundo Anália Torres, as mulheres “foram ultrapassando as limitações impostas e mostraram, a partir de diversos contextos sociais, o que sabiam, e o que faziam e o que estavam dispostas a dar, muito para além da função materna a que as tinham querido limitar” (Torres, 2002. p.573).

O número de pessoas sós está a subir em Portugal, onde mais de meio milhão de pessoas vivem sós, sendo as mulheres a percentagem mais significativa. Segundo um estudo do INE, em 2001 existiam 631 762 famílias unipessoais, tendo sido recenseadas 572 620 pessoas a viverem sós (contra 397 372 registadas em 1991) o que significa que 5,5% do total da população residente em Portugal viviam sozinhos (repartindo-se por 3,7% de mulheres e 1,8% de homens).

Surgiu-nos a ideia de realizar um trabalho que nos permitisse compreender ou tentar compreender a situação das mulheres que estão sós, para além do tema da “solidão feminina” nos atrair desde há muito tempo como objecto de estudo.

Falar de solidão é falar de algo com que a nossa sociedade se debate, um fenómeno muito complexo, variando em função dos seres que a sentem e das suas circunstâncias pessoais. A solidão como fenómeno social tem vindo a ser estudada por médicos, filósofos, psicólogos, sociólogos, políticos e por todos os que se interessam pelos problemas sociais.

“A solidão não é um vírus, nem uma doença da alma, pois que todos nós, em maior ou menor grau, alguma vez a sentimos, alguma vez a sofremos, se é que a não desfrutámos”. (Alborch, 2000, p.15).

No universo das mulheres que estão sós, existem as que o fizeram por opção pessoal, e as que devido às contingências da vida foram obrigadas a viverem sós, como é o caso das viúvas.

A fase da viuvez no curso de vida das mulheres mais idosas representa uma ameaça na velhice, não por não terem um companheiro, mas pelo que representa esta condição em si mesma. Viver só nas idades mais avançadas é um factor de risco por uma série de aspectos negativos.

Este estudo tem por objectivo analisar como é que as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas com idades iguais ou superiores a 50 anos, residentes na vila de Alhos Vedros, e no lar Pedro Rodrigues da Costa (concelho da Moita) se sentem em relação à família, aos amigos e à sociedade. Tentar compreender como é que encaram a solidão, se é que a sentem e de que forma isso influencia as suas vidas, e como nos diz Alborch (2000) “A solidão das mulheres não se cinge a um estado civil determinado, inclui as várias vertentes da solidão do ser humano”. (p. 28).

Saber se a decisão de viver só foi uma opção ou o resultado de uma trajectória de vida a dois que foi interrompida por uma separação ou pela morte do companheiro, o que significa que se encontra mais do que um modelo de solidão desde a relacionada com o estado civil, ou seja a institucional até à solidão interior. São vários os factores que determinam uma vida sem companheiro como a decisão de viver só, a separação, o divórcio e a viuvez, sendo que nestes casos a solidão pode apresentar características diferentes, pois a ruptura provém de algo exterior e não dependeu da vontade das partes.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

A primeira parte é respeitante ao enquadramento teórico, tendo o estudo sido iniciado com uma reflexão introdutória sobre a família, os sentimentos nas relações familiares e a sua evolução, e mudanças verificadas no seio da família na sociedade contemporânea. A família de hoje distingue-se de forma notória do modelo em que o homem era o chefe de família, sendo considerado o patriarca e a mulher era a esposa, mãe e dona de casa, onde tinha um papel subalterno. O terceiro ponto deste primeiro capítulo é dedicado à conciliação da vida familiar e profissional pois a partir da década de 60 e em maior número na década de 70 as mulheres entraram no mundo do trabalho numa forma massiva, para além da maioria ter a responsabilidade exclusiva das tarefas domésticas, o que teve impacto a nível das práticas familiares.

No quarto ponto abordamos o conceito de Socialização, pois é o processo pelo qual o indivíduo se integra nas situações sociais específicas ao longo da sua vida. Tem início após o nascimento e prossegue ao longo de todo o trajecto de vida.

Seguidamente analisa-se o conceito de Isolamento Social, que se caracteriza pela ausência de redes sociais e por uma fraca participação em actividades com outras pessoas, colocando-se com maior incidência nas mulheres expressando-se pelo elevado número de viúvas.

A Exclusão Social é também abordada neste capítulo, pois embora o fenómeno não seja específico da mulher, elas são vítimas de exclusão pelas vias do trabalho, da cultura e do género. Também o desemprego e o direito de cidadania são outras das formas de exclusão nas mulheres.

O último ponto do primeiro capítulo é dedicado ao Estar Só. Foram vários os factores que contribuíram para uma maior autonomia das mulheres levando a que uma grande percentagem de mulheres esteja agora empregada em trabalhos remunerados, podendo decidir por uma vida a sós, pois longe vai o tempo em que a mulher estava destinada apenas a cumprir os papéis de mãe e esposa.

Posteriormente, no segundo capítulo, apresentamos a evolução da situação das mulheres onde abordaremos os movimentos feministas e a luta pela conquista de direitos, nomeadamente o direito ao voto feminino em Portugal, e o acesso à Educação.

O último ponto desta primeira parte é dedicado às mulheres sós como nova categoria social, embora mulheres sós sempre tenham existido, ao longo dos tempos em diversos lugares sem nunca terem feito parte do núcleo maioritário da sociedade. “Em Portugal (...). O recenseamento de 1864, o primeiro a realizar-se no nosso país, registou uma população de perto de 4 milhões de habitantes, entre os quais 2 030 809 «fêmeas» e 1 955 928 «varões» Das primeiras 1 261 073 eram solteiras, 594 766 casadas e 174 970 viúvas. As mulheres sem marido representavam, pois, mais de 70% da população feminina”. (*in* Alborch, 2000, p.203).

A segunda parte constitui a parte empírica do estudo, começando no capítulo três por abordar os principais aspectos metodológicos que foram utilizados na realização deste trabalho. Procuramos enquadrar e definir o tipo de estudo, assim como a pergunta de base para o desenvolvimento da investigação.

Seguidamente definimos a amostra, os instrumentos de colheita de dados e, por fim o tratamento dos dados.

No capítulo quatro será feita a caracterização da vila de Alhos Vedros e do Lar Pedro Rodrigues da Costa onde foram realizadas as entrevistas. Faremos a caracterização histórica e sócio económica da vila, referindo-nos em particular à Santa Casa da Misericórdia, instituição que nos possibilitou entrevistar algumas mulheres ali residentes que fazem parte do nosso estudo.

Depois de efectuada a sùmula das entrevistas no capítulo cinco, passamos à análise, reflexão e discussão dos dados obtidos, que fazem parte do capítulo seis, e por fim apresentamos as considerações finais onde procuraremos realçar o que de mais importante se concluiu deste estudo.

Cabe aqui uma referência para o facto de se encontrar em anexo o guião da entrevista e (um CD) com as entrevistas efectuadas às participantes e que poderão ser consultadas a qualquer momento.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPITULO 1 – FAMÍLIA

“Em todas as sociedades humanas encontra-se uma forma qualquer de família. Sua posição dentro do sistema mais amplo de parentesco, pode oscilar muito, desde um lugar central e dominante (sociedade ocidental) até uma situação de reduzida importância (povos agrários), que dão maior destaque ao grupo de parentesco, mais amplo do que a unidade representada pelo marido, mulher e filhos”. (Lakatos, 1992, p.169).

Na perspectiva desta autora a família é um grupo social caracterizado, pela cooperação econômica e reprodução. A família é constituída pelos pais e pelos seus filhos. “A família em geral, é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento” (*ibid*).

A família sofreu uma considerável evolução até regulamentar as suas bases conjugais conforme as leis contratuais, normas religiosas e morais.

Todas as sociedades humanas têm regras que abrangem as relações sexuais e a procriação dos filhos, situando a criança em determinado grupo de descendência, todavia essas regras não são as mesmas em toda a parte. De um modo geral, é o casamento que estabelece os fundamentos legais da família, mas pode haver famílias sem casamento.

Deste modo, as diferenças na composição e funcionamento das convivências familiares, são tantas que a atribuição do estatuto de “família”, se torna no mínimo problemática.

A família é uma unidade dinâmica, muda constantemente, em parte porque os seus membros estão sujeitos ao ciclo de vida, em parte porque ela está integrada numa sociedade que por sua vez se altera.

Na perspectiva de Anthony Giddens: “Uma família é um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”. (Giddens, 2000, p.176).

Todas as sociedades conhecidas têm alguma forma de sistema familiar, embora a natureza das relações familiares seja muito variável. “Existe uma diversidade de formas familiares em diferentes sociedades espalhadas por todo o mundo”. (*ibid*, p. 179).

Enquanto que nas sociedades modernas a principal forma de família, é a família nuclear, é frequente encontrar outros tipos de família como: *solitário*, e *extensa*.

“As famílias dos solitários são constituídos por uma só pessoa. A família nuclear é formada por uma só unidade conjugal (marido, mulher, com ou sem filhos). A família extensa é constituída por mais de duas gerações pertencentes ao mesmo tronco parental, que vivem na mesma casa ou no mesmo conjunto de habitações.” (Demartis, 1999, p.138).

Actualmente existem menos casamentos e mais divórcios, “Em Portugal passou-se dos dois divórcios por 100, em 1970, para os 10, em 1986, e só em 1994 esse número atingiu aproximadamente os 21 divórcios por 100 casamentos” (Torres, 1996, p.23). Também Sofia Aboim (2003), num estudo sobre a Evolução das Estruturas Familiares nos diz que, “No âmbito dos comportamentos conjugais, destacam-se o aumento da coabitação (que duplicou entre 1991 e 2001, passando neste último ano a abranger 6,9% dos núcleos de casal) e o decréscimo da nupcialidade (que passou de 7,3% em 1991 para 5,7% em 2001), bem como o aumento da taxa de divórcio (indicador que quase duplicou passando de 1,0% em 1991 para 1,8% em 2001) ”. (p. 14).

Aumentam os exemplos de coabitação, as uniões de facto, as famílias monoparentais, as mulheres que vivem sós, as relações afectivas isentas de compromisso e responsabilidade, as múltiplas formam convencionais que escapam ao modelo tradicional.

Na verdade a multiplicação de todas estes modelos de tipo informal reflecte a influência de muitas mudanças sociais, culturais e psicológicas produzidas não só na nossa sociedade, como nas sociedades europeias ocidentais a partir dos anos 60.

Em relação às famílias monoparentais no nosso país, têm vindo a tomar ao longo dos tempos proporções e formas diversas em função dos comportamentos demográficos e da composição social dos diferentes contextos sociais, geográficos, etc. De salientar que este tipo de famílias sempre existiu, mas sob formas diferentes das que hoje se nos apresentam.

Estas famílias decorrentes de um processo de divórcio ou de uma separação, num passado mais ou menos recente e em certas regiões do nosso país eram quase inexistentes, tomando corpo através do falecimento, ausência ou emigração de um dos cônjuges ou do celibato. A partir dos anos 70, estas famílias começam a ganhar diferentes contornos através do aumento das situações de separação conjugal. Em Portugal existe a característica de a monoparentalidade ser vivida essencialmente no feminino, sendo em 1991, e os valores mantêm-se em 2001, cerca de 86% do total das famílias monoparentais serem mulheres que viviam com filhos solteiros de qualquer idade, ao passo que os homens na mesma situação não chegavam a representar 14% (INE, Censos, 1991,2001).

Wall e Lobo (1999), referem que esta sobrerepresentação da monoparentalidade feminina poderá ser explicada pela razão que após um nascimento fora do casamento, ou união de facto, ou após uma separação ou divórcio, são quase sempre as mulheres que ficam com a guarda das crianças.

Sobre este assunto Anthony Giddens (2000), refere que:

“os agregados monoparentais têm-se tornado cada vez mais comuns. Na sua maioria são encabeçadas por mulheres, na medida em que a mulher fica habitualmente com a custódia dos filhos na sequência de um divórcio (numa pequena percentagem de famílias monoparentais, o indivíduo – mais uma vez, quase sempre uma mulher – nunca casou).

Há actualmente bem mais de um milhão de famílias mono parentais na Grã –Bretanha, e o número está a aumentar. Tais agregados representam uma em cada cinco famílias com filhos. Situam-se, de uma forma geral, entre os grupos mais pobres da sociedade contemporânea. Muitos progenitores solitários, quer tenham estado casados ou não, enfrentam ainda a desaprovação social e a insegurança financeira. Contudo, os termos antigos e mais discriminatórios como «mulheres abandonadas», «famílias sem pai», «lares desfeitos», tendem a desaparecer.” (p.192).

1.1 Os Sentimentos nas Relações Familiares e a sua Evolução

O poder paternal está acompanhado, desde os tempos remotos pela autoridade do marido. O pai é responsável pelas acções dos membros da família (mulher e filhos) perante a sociedade; é-lhe dado o direito de julgar e punir.

Até meados de sec.XVII a maioria dos casamentos eram marcados pela distância e pelo formalismo, embora não significasse a ausência de afeição. “Não se trata no entanto de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria um absurdo. Mas temos que admitir que tal sentimento não tinha nem o estatuto nem a importância que hoje se lhe confere” (Badinter, s/d p. 46).

As mulheres viviam na situação de subalternidade passando da tutela do pai para a do marido. Tudo funcionava em redor do chefe de família, ele era o centro de tudo, cabia-lhe o papel activo nas relações com o exterior, ficando a mulher resignada ao papel passivo e o qual não podiam recusar.

Também ao chefe de família cabia o direito de escolher os cônjuges para os seus filhos, pois era através do casamento que se asseguravam acordos financeiros de interesse para os noivos, e também para as respectivas famílias. “O casamento constituía uma espécie de transacção comercial, em que os dotes eram considerados como uma mercadoria e o status social como um bem facilmente convertível em espécie (...) a fortuna, os ricos dotes e a posse da propriedade constituíam factores decisivos na maior parte dos casamentos rurais” (Dias, 2004, pp.33/34).

Nos finais do sec.XVIII, surge uma nova concepção do casamento, no qual a escolha cabe tanto ao homem como à mulher, para trás fica o casamento concebido como um arranjo de conveniência entre duas famílias, em que a felicidade não preocupava ninguém. Na perspectiva de Fraise (1994), “O casamento é uma «união perfeita», que repousa no instinto sexual dos dois sexos, e não tem qualquer finalidade fora de si mesmo; ele fabrica um «laço» entre duas pessoas, e é tudo. Esse laço é o amor, e o «amor é o ponto onde se reúnem do modo mais íntimo a natureza e a razão» ”. (p.61).

O regime de submissão em que a mulher vivia até aqui “abalou o autoritarismo que as mantinha durante toda a vida.” (Badinter, s/d, p.175).

A nova família deixa de estar controlada pela sociedade como acontecia até aqui, têm as suas residências particulares valorizando a intimidade. Nesse sentido “(...) se construiu uma vida privada no sentido de se proteger dos olhares indiscretos e do controlo comunitário. Para o efeito, passou a contar com o refúgio da casa. No seu interior, a vida íntima deixava de ser visível para o exterior e o casal poderia comportar-se romanticamente “ (Dias, 2004, p.37).

O amor é associado à compreensão do outro, enquanto até aqui associavam o amor à ideia de passividade. “A família nuclear tornou-se uma entidade mais autónoma, distinguindo-se dos laços com os outros parentes e com a comunidade local. Esta fase do desenvolvimento familiar esteve associada a uma ênfase crescente na importância do amor conjugal e paternal”. (Giddens, 2000, p. 178).

Nas últimas décadas deste século, o amor romântico destronou as considerações materiais e colocou a felicidade e a realização individual no centro da escolha do cônjuge. “A afectividade passou a fazer parte da relação conjugal, que também se tornou erótica. A sexualidade perdeu o seu carácter instrumental e tornou-se afectiva.” (Dias, 2004, p. 36).

A vida conjugal, é assim a união de dois seres que se escolheram um ao outro, e o novo casamento surge assim como o lugar da felicidade, de alegria e de ternura, que culmina na procriação. “A família transforma-se, e com ela o papel dos seus membros. Pais e maridos continuam a ser as figuras proeminentes. Mas a distância social entre cônjuges, entre pais e filhos, torna-se menos nítida”. (Giorgio, 1994, p.230).

A imagem da mãe, e o seu papel também sofrem alterações, radicais. Existia uma ausência de preocupações para com a criança pequena por parte dos pais, pelo menos antes da tomada de consciência colectiva dos anos 1760-1770. A criança pouco conta no plano afectivo; é vista como um transtorno indo do abandono físico à indiferença.

“Desde muito cedo, a criança escapava à família. A par da elevada mortalidade, existia um conjunto de práticas que implicavam uma separação física, geográfica e emocional em relação à criança” (Dias, 2004, p.39).

Nas classes elevadas as crianças eram entregues a amas de leite, logo após o nascimento, e mais tarde enviadas para colégios, vivendo completamente afastadas dos pais.

A violência a que as crianças estavam sujeitas logo após o nascimento estava na origem da taxa de mortalidade que ocorria no primeiro ano de vida naquela época. “A família não podia, portanto nessa época alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos” (*ibidem*).

As alterações são notórias também quanto à maternidade, que passa a ter um estatuto diferente sendo atribuídos, à mãe, novos deveres; a criança torna-se no bem mais precioso.

Isabel Dias *cit* Gélis “Com efeito, a um imaginário de vida como era o da linhagem e o da comunidade, sucede um outro que aumenta os direitos da mãe e sobretudo do pai sobre o seu filho” (*ibid*, p.41).

Podemos assumir que numa primeira fase da constituição da família, a primeira grande preocupação seria a patrimonial; seguindo-se, por ordem de importância, os filhos e, por último, os laços afectivos dos cônjuges. Hoje a primeira preocupação são os laços afectivos, seguindo-se os filhos e por fim a preocupação patrimonial. “Na «família conjugal moderna» é a qualidade da relação de intimidade entre pessoas, e não a relação com as coisas que constitui o seu princípio fundador”. (Torres, *cit* Durkheim , 2002, p.377).

Enquanto o sistema familiar tradicional desconhecia a especificidade infantil, a família conjugal moderna encontra a sua originalidade principal na atribuição às crianças de um lugar privilegiado em que se centram as atenções e os cuidados familiares.

1.2 Mudanças na Família na Sociedade Contemporânea

Durante o século XX foram muitas as mudanças ocorridas no campo das relações familiares, e que tiveram como protagonistas as mulheres e o amor. “As primeiras foram ultrapassando as limitações impostas e mostraram, a partir de diversos contextos sociais, o que sabiam, o que faziam e o que estavam dispostas a dar, muito para além da função materna a que as tinham querido limitar”. (Torres, 2002, p.573).

No respeitante ao amor, passou-se do amor romântico do século XIX, para a associação normalizada entre conjugalidade e sentimento amoroso.”O casamento por amor impôs-se como a grande solução para o mal-estar conjugal, como garantia contra o desentendimento”. (*ibidem*). Surge o casamento por amor, e a livre escolha do cônjuge. Para Anne Marie Sohn, “A livre escolha do cônjuge, para os jovens de ambos os sexos, passa a ser regra no período entre as duas guerras. Raros são os pais que ousam ainda impôr um casamento de conveniência, mesmo nos campos franceses, atentos às questões patrimoniais”. (1995, pp. 130/131).

Em Portugal, nas últimas décadas verificaram-se alterações significativas nas estruturas familiares. O aumento da esperança de vida, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o decréscimo acentuado da fecundidade, o aumento da instabilidade conjugal e o crescimento dos divórcios são alguns factores que alteraram profundamente a vida familiar. De salientar também a diminuição média da família na sociedade contemporânea, “os agregados domésticos são hoje significativamente mais pequenos do que eram em 1960, passando a dimensão média da família, de 3,8 indivíduos nesta data, para 3,1, em 1991, e para apenas 2,8, em 2001”. (Aboim, 2003, p. 17).

Um outro aspecto significativo é o aumento das pessoas sós, “movimento que terá, entre 1991 e 2001, prosseguido a um ritmo ainda mais rápido do que aquele que mediou entre o início da década de 60 e o principio dos anos 90: note-se que o aumento proporcional de agregados de pessoas sós na estrutura dos agregados domésticos foi, nestes 30 anos, menor (0,9%) do que o que ocorreu nos últimos dez anos (3,1%)”. (*ibidem*).

A figura da mulher dona de casa e o homem responsável pelo sustento da família, deu lugar ao modelo familiar em que ambos contribuem para o orçamento doméstico, sendo de salientar as famílias monoparentais que na sua grande maioria são encabeçadas por mulheres, na medida em que na sequência de um divórcio, a mulher fica habitualmente com a custódia dos filhos, e em alguns casos sendo a única fonte de recursos.

“As famílias organizam hoje os seus respectivos deveres individuais domésticos e os seus laços com o meio social de várias formas. O contraste entre as famílias «ortodoxas» - a mulher «dona de casa» e o marido «ganha pão» - e as famílias em que ambos têm uma carreira profissional, ou as famílias de um só progenitor, ilustram esta diversidade”. (Giddens, 2000, p. 182).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho deu-lhes uma autonomia financeira e uma independência face ao espaço doméstico, contribuindo para a criação de uma nova imagem das competências femininas fora do lar. “Desde 1960 até agora o volume de mulheres activas não tem cessado se aumentar. Representando nessa altura 13,1%, em 1996 exerciam actividade profissional 42,2% das mulheres portuguesas, valores estes com tendência para continuarem a crescerem”. (Viegas, Costa, 1998, p. 47).

Ao homem, tradicionalmente era atribuído o papel principal, ficando para a mulher os restantes papéis como o tratar da casa e da família. Nesta divisão de papéis Talcott Parsons (1971) viu a “funcionalidade da família moderna”

Na perspectiva deste autor, “as sociedades «primitivas» seriam dominadas pelo *kinship system*, enquanto nas sociedades desenvolvidas o parentesco alargado teria perdido importância e deixado de ser omnisocial, devido à progressiva diferenciação institucional e sistémica (funcional), reduzindo-se, assim à família nuclear, na qual se verificaria uma especialização funcional sexual e etária”. (Vasconcelos, 2002, p. 508).

A vida das mulheres traçava-se a partir do papel de mães, esposas e responsáveis pela lida da casa, enquanto o papel dos homens era o de enfrentarem o mundo exterior desempenhando uma profissão que lhes permitisse sustentar o lar. “A desigualdade entre homens e mulheres era um factor intrínseco da família tradicional (...) As mulheres eram propriedade dos maridos ou dos pais – os seus bens, segundo a definição legal. A desigualdade de tratamento dos dois sexos estava relacionada com a necessidade de assegurar a linhagem e a herança” (Giddens, 2000, p.39).

1.3 A Conciliação da vida familiar e profissional

“Tempo e temporalidade emergiram nas últimas décadas como instrumentos analíticos potenciadores de um novo olhar sobre o modo diferencial como mulheres e homens afectam os seus tempos às várias esferas da vida e, em particular, às diversas formas de trabalho (...) O trabalho, nas suas diferentes formas – designadamente trabalho remunerado em contexto profissional e trabalho não pago no contexto dos agregados domésticos -, constitui-se como um dos domínios da actividade humana nos quais a valorização social dos tempos se espelha de modo mais assimétrico”. (Perista, 2002, p. 447).

O trabalho e a vida familiar constituem dois pólos que estruturam a vida de cada pessoa. Na família desenvolvem-se as relações de afecto, é onde os seus membros encontram o equilíbrio necessário para o seu dia a dia, por outro lado a actividade profissional confere um estatuto social, pois constitui uma fonte de rendimento e de realização pessoal.

A vida familiar e profissional complementam-se, apesar de ambas requererem tempo, por isso, muitas vezes tendem a opor-se.

Em Portugal nas últimas décadas assistiu-se a um crescimento da actividade feminina, o que se traduz na dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar (tempo para a família e tempo para o trabalho).

“No que respeita à actividade feminina, Portugal destaca-se do conjunto dos países da Europa do Sul, aproximando-se daqueles com maior presença de mulheres no mercado de trabalho. Em 1995, segundo dados da Eurostat, éramos o sexto país com maior profissionalização feminina”. (Viegas e Costa, 1998, p.57),

Portugal é um dos países da União Europeia, que apresenta uma das mais elevadas taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho a tempo inteiro, e também aquele onde as mulheres trabalham mais horas por semana, o que se traduz numa excessiva acumulação de afazeres, pois para além do trabalho remunerado é sobre elas que recai as responsabilidades familiares, o que constitui uma dupla jornada de trabalho.

A taxa de emprego feminino, tem vindo a crescer desde 1974, ano em que era de 34% (Perista *cit* INE, Inquérito Permanente ao Emprego, 1991, p.15), para passar a 40,5% em 1990 (INE, Inquérito ao Emprego, 1998 2º Trimestre, *ibidem*) e de 45,1% em 2001 (INE, Censos, 2001).

Um estudo realizado por Heloisa Perista (2002) “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens” demonstra-nos que a diferença entre o tempo de trabalho pago entre homens e mulheres é de apenas 1h a mais para os homens, mas a nível do trabalho não pago (trabalhos domésticos e prestação de cuidados à família) as mulheres gastam mais 3h por dia do que os homens. Estes valores traduzem-se numa taxa de ocupação feminina muito superior à masculina nos trabalhos domésticos e nos cuidados à família, enquanto 94% das mulheres realizam estas tarefas, só 59% dos homens o fazem.

Também num estudo coordenado por Anália Torres “Homens e Mulheres entre Família e Trabalho” (2004), podemos confirmar a mesma situação, em que o trabalho doméstico, o cuidar das crianças e da família ocupa às mulheres cerca de 3h e aos homens apenas 1h.

Estes dados demonstram-nos que são as mulheres, que em Portugal, realizam a maioria do trabalho não remunerado, pois elas despendem mais 3h diárias nos trabalhos domésticos e cuidados à família, apesar de também trabalharem fora de casa o mesmo número de horas que os homens. “A diferença entre os padrões de uso do tempo das mulheres e homens está pois claramente centrada em torno da divisão do trabalho, em particular do trabalho não pago” (Perista, 2002, p. 452).

São poucas as tarefas domésticas, em que os homens ocupam mais tempo que as mulheres, salientando-se os assuntos administrativos e também nas actividades de reparação, e em menor grau, a jardinagem, e o cuidado dos animais.

Verifica-se que são actividades que tendem a ser executadas fora do espaço doméstico, contrariamente às actividades “femininas” que se confinam ao interior da casa.

Relativamente à preparação de alimentos e tratar da casa, 86% e 76% das mulheres o fazem respectivamente, enquanto apenas 27% e 17% dos homens têm uma participação nessas tarefas. Um número significativo de homens nunca realiza tarefas rotineiras, 49% em relação à preparação das refeições, 72% na limpeza da casa e 83% no cuidado da roupa. “O efeito de género sobrepõe-se, pois, ao da condição perante o trabalho ao nível da afectação de tempos às tarefas domésticas”. (Perista, 2002, p.455).

Os dados aqui apresentados reflectem que as mulheres assumem a maior parte das tarefas com a casa e cuidados à família (preparar refeições, limpeza da casa, e cuidar da roupa).

“Estes dados são importantes porque nos permitem articular a influência do género e da entrada do género. Esta, enquanto relação entre um homem e uma mulher, ou seja entre pessoas de género diferente, implica uma definição (e redefinição) dos papéis masculino e feminino de cada um dos cônjuges. Da nova situação de conjugalidade resulta um acréscimo de tarefas e estas ficam quase exclusivamente a cargo da mulher. (Torres, 2004, p.114).

Independentemente de estarem inseridas no mercado de trabalho ou não, são as mulheres, que asseguram a maioria das tarefas domésticas, verificando-se que a divisão de tarefas continua bastante desigual, continuando a sobrecarga a ser feminina, tendo implicações fundamentais na organização e qualidade de vida. A autora referencia que “as famílias ainda representam a principal fonte de prestação de cuidados às crianças e a adultos que exigem cuidados especiais – por motivo de idade, doença ou deficiência – e que a maior parte desses cuidados é assegurada por mulheres” (*ibid*, p.460).

Como refere Sara Falcão Casaca (2005) “o quotidiano da maioria dos/as trabalhadores/as – e fundamentalmente das mulheres trabalhadoras que são mães – pauta-se pela difícil articulação entre a esfera familiar e a profissional” (p. 437).

A saída das mulheres do espaço doméstico e a entrada no mercado de trabalho contribuiu para a criação de uma nova imagem das competências femininas fora do lar e a não serem apenas valorizadas pelo seu papel de mães e esposas. Por outro lado, começou a valorizar-se mais o papel de pai no respeitante aos cuidados das crianças, e de marido que deveria assumir as suas responsabilidades na partilha das tarefas domésticas.

O que se tem vindo a verificar é que as mulheres entraram no espaço masculino (laboral), sem que tenha havido a entrada dos homens no espaço feminino, ou seja nos cuidados à família e trabalho doméstico, o que tem sido bastante penalizante para as mulheres.

Também no respeitante aos cuidados com as crianças e idosos dependentes, não se verifica uma divisão entre homens e mulheres. São as redes familiares, que substituem as mulheres quando estas trabalham no exterior.

“Com efeito, a escassez de apoios públicos às famílias constitui uma lacuna particularmente grave e afecta enormemente a vida das famílias portuguesas. São assim as redes de solidariedade informais, ainda que profundamente desiguais no espaço social, que vão «com maiores ou menores dificuldades (...) almofadando as «asperezas» da rede formal de serviços e equipamentos sociais de apoio, que, de facto, apresenta ainda grandes fragilidades”. (Casaca, 2005, p. 437 *cit* Perista e Lopes).

Impõe-se a criação de alterações que permitam uma maior flexibilidade do tempo, de forma que a vida privada e profissional sejam compatíveis.

A conciliação da vida privada (família, lazer, participação cívica, política e cultural) com a vida profissional é uma condição de base para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e dos homens, e portanto das famílias, implicando a sua realização uma nova organização do tempo.

A este respeito o autor Peter Moss (s/d), escreve nas “Actas do Seminário Construir a Igualdade” que:

“Conciliação da «vida profissional», em sentido restrito, corresponde a emprego, mas num sentido mais lato compreende também uma série de outras actividades públicas nas quais as mulheres não estão suficientemente representadas. Quanto à expressão «vida familiar», ela corresponde a múltiplas actividades, relações e responsabilidades essenciais ao bem-estar e ao desenvolvimento, não só dos indivíduos, mas da sociedade no seu conjunto. Quanto ao termo «conciliação», contém duas ideias: o reconhecimento mútuo e o respeito entre os diferentes intervenientes. (p. 205).

As mulheres entraram no mercado de trabalho e lutam por uma carreira profissional em igualdade de oportunidades com os homens, sendo por vezes mais qualificadas do que eles, mas não encontraram uma partilha de tarefas domésticas e cuidados à família que lhes permitisse conciliar a vida profissional com a vida laboral.

No estudo efectuado por Heloisa Perista, 2002, as mulheres salientam que é principalmente sobre elas que recai o trabalho doméstico, sendo confrontadas diariamente com a difícil tarefa de conciliação do tempo para a família, para o trabalho e para o lazer.

“Com efeito, a dupla responsabilidade socialmente cometida às mulheres pelo trabalho pago e não pago induz uma forte pressão do tempo nos quotidianos femininos” (p.468).

A repartição desigual do tempo, entre homens e mulheres no trabalho não pago reflecte-se nas actividades de lazer, pois se as mulheres têm mais horas de trabalho por dia, em relação aos homens, algum tempo tem de ser sacrificado e de uma forma geral é o tempo de lazer.

Na prática a mulher é sobrecarregada com o peso da dupla tarefa, o que significa menos tempo para o lazer, e também para outras formas de participação social e civil.

“O tempo das mulheres é contínuo. Não se registam diferenças entre dias úteis e feriados, entre trabalho e ócio. Para as mulheres o tempo tem valor de uso, não se consome nem se vende”. (Joaquim, *cit* Perista, 2006, p. 68).

1.4 SOCIALIZAÇÃO

“Por socialização entende-se o processo mediante o qual os indivíduos e os grupos aprendem e interiorizam as normas culturais e os valores próprios do contexto social de pertença. Trata-se de um processo elaborativo que, desde a primeira infância, se estende à idade adulta, segundo fases e modalidades diferentes. A socialização distingue-se em primária (ligada à infância e ao desenvolvimento psicofísico e em estreita relação com a família) e secundária (dependente sobretudo da aceitação de um papel laboral). A assimilação das modalidades culturais do próprio horizonte social por vezes falha, dando origem a fenómenos de desvio. (Demartis, 1999, p.43).

A socialização dá-se através de dois processos básicos que são a socialização primária e a socialização secundária. A socialização primária é aquela que se estabelece e se aperfeiçoa na infância, no meio de fortes vínculos afectivos, é a que normalmente é atribuída à família. É a família que motiva e ocasiona as primeiras relações afectivas e sociais, e onde ocorre a maior parte da aprendizagem. É através da socialização primária que se interiorizam normas e valores, assim como formas de relacionamento.”Cada individuo nasce, de facto, no seio de uma determinada estrutura social, onde encontra as pessoas que velam pela sua socialização e mediante as quais ele acolhe um determinado mundo cultural”. (*ibid*, p. 45).

A socialização secundária é subsequente à primária, e normalmente inicia-se quando a pessoa entra em contacto com outras realidades exteriores à família.

É o processo de integração do individuo nas situações sociais específicas, que vão ocorrendo ao longo da vida (escola, emprego, casamento, etc.) Em todas as situações a pessoa tem que adaptar novos modelos de agir, interiorizar normas e modelos, isto é, tem que aprender socializando-se. “A socialização secundária consiste, então, em indicar um conjunto de socializações particulares (profissional, religiosa, política, associativa, etc.) que têm momentos e modalidades específicas e contribuem para a formação complexa da personalidade do indivíduo”. (*ibid*, p.47).

A socialização é fundamentalmente uma aprendizagem, e graças a ela aprende-se a adaptação aos grupos, normas, imagens e valores. É portanto um processo de aprendizagem de conduta. É um processo permanente, já que dura toda a vida do indivíduo. Na perspectiva de Eva Maria Lakatos (1992), “socialização é o processo pela qual ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos sócio-culturais do seu meio, integrando-os na estrutura da sua personalidade sob a influência de experiências de agentes sociais significativos, adaptando-se assim ao ambiente social em que deve viver.” (p. 321).

Anthony Giddens (2000), define socialização como:

“Processos sociais através dos quais as crianças desenvolvem uma consciência da existência de normas e valores sociais e alcançam uma noção própria do eu social. Embora o processo de socialização seja particularmente significativo durante a infância e adolescência, continuam, até certo ponto, presentes durante o resto da vida. Nenhum indivíduo está imune às influências de outros à sua volta, modificando constantemente o seu comportamento durante todas as fases da vida.” (p.694).

São vários os agentes que socializam o indivíduo. É o caso da família, da escola, dos grupos de convívio, dos meios de comunicação de massa. Para além destes agentes de socialização, há tantos factores quantos os grupos, ou contextos sociais, em que o indivíduo passa uma parte significativa da sua vida como: os grupos religiosos, organizações juvenis, associações de vários tipos, partidos políticos, etc.

Raymond Aron (1995) no *Tratado de Sociologia* diz – nos que: “socializar significa ensinar a desempenhar papéis, a partilhar com outrem determinadas significações, responder e antever as suas expectativas, interiorizar normas, valores, sistemas de pensamento” (p.134).

O mesmo autor refere ainda que se pode distinguir na linha de Durkheim, duas dimensões da socialização que estão correlacionadas. “A primeira é a regulação social, que se prende com o controle social do comportamento normalizado ou ritual dos indivíduos.

A segunda é a regulação cognitiva. Tem a ver com os modelos de pensamento, crenças, mitos e respectivas expressões intelectuais.” (*Ibid*, p.135).

Para Peter Worsley (1983) a socialização é: “a dinâmica da transmissão de cultura, o processo pelo qual os homens aprendem as regras e as práticas dos grupos sociais. A socialização é um dos aspectos de toda e qualquer actividade em toda a sociedade humana” (p.203).

O processo de socialização inicia-se após o nascimento, e inicialmente através da família, prolongando-se pela vida fora, é um processo contínuo que nunca se dá por terminado, não devemos pensar que a certa altura já se aprendeu tudo. Pertencemos a grupos diferentes ao longo das diferentes fases da vida, e conforme esses grupos mudam, assim temos de aprender «novas regras, novos padrões de comportamento». A cada fase corresponde uma nova aprendizagem, e assim estamos toda a nossa vida envolvidos no processo de socialização. “Embora o processo de aprendizagem cultural seja muito mais intenso na infância e nos primeiros tempos de criança do que mais tarde, tanto a aprendizagem como a adaptação continuam pela vida fora”. (Giddens, 2000, p. 44).

1.5 ISOLAMENTO SOCIAL

A situação de isolamento é sempre contrária à natureza humana, e de acordo com Eva Maria Lakatos (1992) “O isolamento é a falta de contacto ou de comunicação entre grupos e indivíduos” (p.315). São vários os factores que têm contribuído para o isolamento social. Da família muito alargada passou-se à redução do agregado familiar, e a mobilidade social levou a uma nova concepção de família, encontrando-se hoje inúmeras famílias monoparentais e pessoas vivendo sós.

As relações de vizinhança estão condicionadas às características urbanísticas e arquitectónicas que tornam cada vez mais inibidores os contactos sociais. Uma multiplicidade de indivíduos partilhando o mesmo espaço, mas uma escassez de contactos sociais são consequência quer de uma elevada densidade populacional, quer da heterogeneidade a diferentes níveis dos habitantes das cidades e vilas.

Se por um lado a cidade permite uma grande tolerância relativamente aos comportamentos, códigos de ética, valores, por outro lado conduz ao distanciamento, ao afastamento, logo a contactos pouco frequentes e assíduos.

Anthony Giddens (2000) *cit* Wirth salientando que:

“Um grande número de pessoas vive muito próximo umas das outras, sem se conhecerem pessoalmente – um contraste fundamental com as pequenas aldeias tradicionais.

A maior parte dos contactos entre os habitantes da cidade são passageiros e parciais, e constituem meios para se atingirem objectivos, em vez de serem intrinsecamente gratificantes. Os contactos com os empregados de balcão das lojas, caixas de banco, viajantes ou revisores dos transportes são encontros passageiros, que valem não por si, mas pelo fim que têm em vista.

Dado a população das áreas urbanas tender a ter grande mobilidade, as relações pessoais são relativamente fracas. As pessoas estão envolvidas em actividades e situações diferentes todos os dias – o «ritmo de vida» é mais acelerado do que nas áreas rurais”. (p. 568).

A formação de redes sociais no espaço urbano vê-se assim quase confinada aos contactos no trabalho, contudo condicionadas pela falta de tempo, pelo afastamento geográfico relativamente à zona residencial e pela incapacidade de apropriação de espaços comuns, característica das grandes cidades e vilas.

As pessoas mais idosas, são provavelmente o exemplo mais completo, e contudo menos óbvio, de discriminação e exclusão social quer seja a nível económico, social e familiar, sendo o exemplo disto o isolamento social ou a solidão que se verifica.

Uma proporção significativa de pessoas vivendo sós, caracteriza uma parte da população idosa. O problema do isolamento é o resultado de muitos factores como a dimensão do agregado familiar, a morte do cônjuge, a saúde, as baixas reformas, etc.

O isolamento coloca-se com maior incidência nas mulheres e expressa-se pelo elevado número de viúvas. O isolamento agrava-se ainda mais pelo facto de terem, normalmente pensões baixas, e que poderá ser uma fonte de risco para a solidão, na medida em que se encontra intimamente ligada a qualidade de vida e ao bem-estar.

Nas zonas rurais os idosos vivem frequentemente perto dos familiares, o que não acontece nos centros urbanos, pelo que neste contexto o isolamento é mais acentuado. Nos meios rurais as relações de vizinhança são mais fortes do que nos meios urbanos.

Apesar das conquistas obtidas o isolamento e a solidão continuam a existir, o indivíduo encontra-se livre de alguns constrangimentos que o limitavam mas continua a sentir a solidão e o isolamento. Um estudo efectuado por Elsa Teixeira (2001) "Solidão, a busca do outro na era do eu", refere que: "A ideia comum, veiculada até mesmo por alguns teóricos, é a de que hoje o Homem está só como nunca antes na sua história. A época presente é associada à perda de algo e ao saudosismo desse algo que se perdeu e que a maior parte não consegue definir de forma clara". (p. 33).

1.6 EXCLUSÃO

“Talvez a disseminação, na sociedade, das formas de exclusão e de pseudo-exclusão seja um sinal dos tempos: aqueles do declínio, em termos de passagem, e de uma transição em direcção a uma outra época da História, caracterizada por outros contornos e outro espírito. Seria verdadeiramente surpreendente que os tempos que passam pudessem trazer consigo o fim de toda a exclusão”. (Freund, *in* Xiberras, 1993, p.13).

A exclusão que atinge as mulheres dá-se às vezes, simultaneamente pela via do trabalho, da cultura, do género e da idade, o que torna difícil atribuí-la a um aspecto específico, é um fenómeno complexo no qual intervêm para além da impossibilidade de acesso a certos serviços, factores sócio demográficos, o estatuto sócio cultural e o nível da qualidade de vida.

Historicamente o papel da mulher na sociedade era apenas de mãe e esposa, eram tidas como de condição inferior, e são-lhe atribuídas características como: frágeis, vulneráveis, destinadas ao casamento e à maternidade, excluindo-a do acesso ao estudo, ao trabalho, à participação na vida social e política, enquanto o homem ganhava o espaço público.

“Espera-se que as mulheres sejam mais «passivas» ou «meigas», (...) Na generalidade das culturas, por exemplo a maioria das mulheres passa uma parte significativa das suas vidas cuidando e tratando dos filhos” (Giddens, 2000, pp.121/122).

Uma das principais formas da exclusão que atinge as mulheres é o desemprego, onde o número continua a ser superior ao dos homens. “Em 2006 o número de desempregados era de 8,3% para as mulheres e de 6,4 para os homens” (INE, Inquérito ao Emprego, 2º Trimestre, 2006).

O direito de cidadania é outra das formas de exclusão que as mulheres suportam “ Ao longo da história, antiga e contemporânea, tem sido negado às mulheres o título pleno e efectivo de cidadãs.

A teorização dominante, no século XX, sobre cidadania tem mostrado uma tendência a ignorar as formas como as mulheres acederam gradualmente aos direitos civis, políticos e sociais, seguindo com frequência padrões diferentes dos masculinos” (Lister, 2002, p.167)

É impossível, hoje falarmos da discriminação sentida pelas mulheres e na luta pelos seus direitos, sem destacar o importante e decisivo contributo dos movimentos feministas, que começaram por reclamar a emancipação económica e política, após terem questionado a ordem patriarcal e a discriminação sexual.

As mulheres aperceberam-se da discriminação de que eram vítimas no mundo do trabalho, na política, e na sociedade em geral, e, organizaram-se de forma a defenderem os seus direitos, contestando o poder assente na desigualdade sexual que impunha princípios de exclusão, sujeição e submissão, reproduzindo-se na ordem social.

Uma das reivindicações fundamentais dos movimentos feministas era o direito ao voto das mulheres. No início do século XX, esse direito era reconhecido apenas a cidadãos portugueses, com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família. A lei eleitoral excluía a maior parte da população, as mulheres.

Sobre este assunto João Esteves (1998), *cit* Maria da Luz que escrevia em 1915 na “Semeadora” a sua indignação para com a legislação e comparava a situação dos homens quase analfabetos com a dela:

“«apesar do meu diploma, dos meus aturados estudos, do meu entusiasmo pelos ideais justos e nobres, sou incapaz de ter direitos políticos, porque, sendo mulher, pertenço à categoria...dos inconscientes. E na mesma categoria se incluem as mulheres ilustres que em Portugal se dedicam às letras, às ciências e às artes»” (pp. 70/71).

Foram muitas as alterações nas leis ao longo dos anos, mas o direito de voto para as mulheres só se tornou uma realidade em 1974, data em que passou a vigorar o sufrágio universal, podendo votar todos os cidadãos e cidadãs maiores de 18 anos.

A conquista do voto feminino, sem condições foi uma das muitas conquistas alcançadas no século XX pelos movimentos feministas.

O fenómeno da exclusão não é específico da mulher e atinge os diferentes segmentos da sociedade. Coexistem, ao nível da exclusão fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a discriminação, e a pobreza entre outros.

Um dos factores determinantes para a exclusão social é a perda de emprego que constitui geralmente um elemento que desencadeia o processo de exclusão.

“Em todas as sociedades, indivíduos e grupos tendem a distinguir-se uns dos outros e a tratar de modo diferente os que têm certas características em relação aos que delas estão privados” (Démartis, 1999, p.124).

Estas distinções são normalmente de ordem biológica, económica ou cultural. Com alguma frequência distingue-se “velhos e novos”, “homens e mulheres”, “ricos e pobres” etc. Estas desigualdades traduzem-se muitas vezes em exclusão.

Segundo Martine Xiberras, (1993), as formas mais visíveis, ou mais chocantes, do processo de exclusão residem na rejeição das representações normalizantes da sociedade moderna avançada.

“Numa sociedade onde o modelo dominante continua a ser o «Homo Economicus», convém participar na troca material e simbólica generalizada. Todos aqueles que recusam ou são incapazes de participar no mercado serão logo excluídos (...) Na esfera das relações familiares e conjugais existem também limiares que, se bem que definidos de maneira cada vez mais flexível, permitem igualmente classificar os indivíduos na ordem da normalidade, ou na ordem da anormalidade: idade média para casar, idade média para o nascimento do primeiro filho, número médio de filhos, etc. Se as mães solteiras são, nos nossos dias, catalogadas como «lares monoparentais», esse facto nada altera a sua situação de isolamento no quotidiano” (pp.28 /29).

Ainda na perspectiva desta autora, o ponto comum às múltiplas formas de exclusão parece residir na ruptura dos laços que elas acarretam, directamente ou a longo termo. Ruptura do laço social, mas também do vínculo simbólico, um e outro ligando, normalmente cada indivíduo à sua sociedade. A configuração da exclusão está estritamente ligada à desintegração social “Igualmente, o estatuto da mãe celibatária é, sem dúvida, um factor de exclusão social menos forte do que era no século XIX, ou no início do nosso século” (*Ibid*, p.31).

Também os idosos são uma das categorias sociais vulneráveis à exclusão, nomeadamente os marcados pela insuficiência de recursos económicos derivados das baixas pensões, pela solidão e pela desintegração familiar. De acordo com o Eurostat em 1995 “a percentagem de famílias compostas por uma pessoa idosa com 65 anos ou mais era 3 e 4 vezes mais elevada entre as populações de baixos rendimentos nalguns países como a Itália, Portugal, Dinamarca ou Grécia”.

Nas sociedades modernas ocidentais, pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços (habitação, saúde, lazer).

“Em 2001, 20% da população em Portugal encontrava-se em risco de pobreza (...) O risco de pobreza é mais elevado na população com 65 e mais anos (30%) encontrando-se as mulheres deste grupo etário mais vulneráveis ao risco de pobreza que os homens (31% e 28% respectivamente)”.(CIDM, 2006). A pobreza é talvez uma das dimensões mais visíveis da exclusão social, e José Pereirinha (1992) sugere uma distinção conceptual necessária para a apreensão do fenómeno:

“O conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou família na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social” (p. 170).

1.7 O ESTAR SÓ

As mudanças sociais, demográficas e económicas a que temos assistido, trouxeram às mulheres uma maior liberdade de forma a poderem viver e agir sem estarem dependentes do casamento. Longe vai o tempo em que a mulher estava destinada apenas a cumprir os papéis de mãe e esposa.

Para Anthony Giddens (2000):

“A combinação de vários factores tem levado ao aumento do número de pessoas que vivem sozinhas nas sociedades ocidentais modernas. Um factor é a tendência para as pessoas se casarem mais tardiamente – hoje em dia as pessoas casam-se, em média, cerca de três anos mais tarde do que em 1960: outro factor é o aumento das taxas de divórcio. Um outro é ainda o número crescente de idosos cujos companheiros morreram. Ficar só significa coisas diferentes nos diversos períodos do ciclo de vida. Nos nossos dias há uma maior percentagem de pessoas na casa dos 20 anos que ainda não é casada, ao contrário do que sucedia no passado. Contudo, entre os trinta e os quarenta anos só uma pequena minoria de homens e mulheres nunca foi casada. A maioria das pessoas sós com idades entre os 30 e os 50 anos são divorciadas e estão «entre» casamentos. (p.208).

O mesmo autor refere ainda que num estudo efectuado por Peter Stein, a sessenta pessoas, com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos, e que viviam sós, a maioria sentia-se «ambivalente», reconhecendo que o facto de estarem sós contribuía de forma positiva para as suas vidas profissionais, e também usufruíam de uma autonomia e liberdade total. “Por outro lado, reconheciam a dificuldade de viver sozinhos num mundo onde a maior parte das pessoas da sua idade eram casadas, e sofriam de isolamento ou solidão.” (*Ibid*, p. 208).

Segundo Maria das Dores Guerreiro, (2003), e tendo por base os dados do recenseamento de 2001, em Portugal, 6,1% da população vive sozinha. Também de acordo com a mesma fonte, as famílias de mulheres sós aumentaram de 6% em 1991 para 7,8% em 2001.

“Muitas vezes, trata-se de mães sozinhas com filhos pequenos, com os problemas concomitantes de dificuldade económica e social, que isso implica” (Démartis, 1999, p.150).

Para além da população idosa, hoje em dia surgem núcleos de mulheres sós a viverem em meios urbanos e iniciando uma carreira profissional. Foram vários os factores que contribuíram para esta situação como o prolongamento dos estudos e o adiamento de um projecto de vida a dois. “São elas quem detém escolaridades mais elevadas entre os adultos jovens, nascidos depois de 1950. Especificamente no que respeita às pessoas adultas jovens que vivem sós, a preponderância da maior escolaridade feminina é notável (42,3%, para 25,7% nos homens sós, e para 16,4% no total de mulheres deste escalão etário)”. (Guerreiro, 2003, p.41). Os dados demonstram-nos a importância da educação nos processos de residência autónoma, especialmente nas mulheres.

Viver sozinho, ou ser chefe de família “monoparental” exige à mulher vários esforços como o de enfrentar ou (gerir) a própria economia, assim como a conciliação do trabalho e da família, o que por vezes se torna muito difícil. “Ser mãe sozinha, trabalhar e cuidar dos filhos pequenos pode significar não conseguir conciliar, ou conciliar muito mal estas duas esferas da vida quotidiana”. (Wall, Correia, 2002, p.655).

Num passado não muito distante, era ao marido que cabia a administração dos bens e a mulher limitava-se a tratar da casa e dos filhos. O pai era responsável pelas acções dos membros da família (mulher e filhos) perante a sociedade, era-lhe dado todos os direitos até o de julgar e punir, mas as mulheres com a sua entrada na esfera pública através do trabalho conseguiram a oportunidade e esforçaram-se por adquirir uma maior individualidade e autonomia. Conseguiram dar ao seu próprio ser, à sua vida um sentido que não se reduzisse só ao casamento e à maternidade.

As mudanças foram muitas e as mulheres demonstraram ser capazes de lidar com assuntos aos quais estavam interditas. “A mulher natureza deu lugar à mulher indivíduo, dona do seu destino, responsável por si e pelos seus actos. Processo de transformação ainda em curso, com atalhos e curvas sinuosas” (Torres, 2002, p. 573).

Actualmente ser solteira, divorciada ou viúva, estar só não significa estar infeliz ou ser excluída. Longe vai o tempo em que ser solteira era sinónimo de uma pessoa ser discriminada. “A nossa sociedade moderna banalizou a expressão. Etiqueta fácil, sobreutilizada e sem simetria masculina, ela aplica-se às mulheres sem marido, viúvas ou celibatárias, com ou sem filhos” (Dauphin, 1994, p. 477). Hoje em dia, estar só também pode ser uma opção. “Homens e mulheres podem permanecer sós se assim quiserem, sem que tenham de enfrentar condenações sociais associadas no passado a ser-se solteiro ou, sobretudo uma solteirona”. (Giddens, 2000, p. 209).

Na perspectiva de José Machado Pais (2006), a solidão por opção “é a construção de uma soberania individual. Mergulhando em si, no mundo da sua interioridade, o indivíduo redescobre a sua identidade, renova os seus sentimentos de pertença, descobre que a solidão requestiona a relação de si próprio com os outros”. (p. 356).

CAPÍTULO 2 – A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES

2.1 Os Movimentos Feministas e a luta pela conquista de direitos

“O feminismo começou por ser a expressão da revolta das mulheres face à marginalização e discriminação que caracterizavam, de direito e de facto, a sua situação na família, no trabalho, na política e, em geral, na sociedade. Há cem anos a luta feminista dirigia-se sobretudo, para a reivindicação de leis, que pusessem termo às discriminações do foro jurídico e que assegurassem às mulheres os direitos que lhes eram vedados (direito ao voto, à autonomia na celebração de contratos, à educação, à igualdade de remuneração, etc.). (Silva, 2002, p. 36)

Os movimentos feministas surgiram, na primeira metade do séc,XIX, em Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Tinham por objectivo principal a conquista de direitos civis, como o voto e o acesso ao ensino, e, de uma forma geral, a defesa dos direitos das mulheres, numa sociedade centrada no homem (patriarcal). O poder paternal está associado, desde os tempos remotos, à autoridade do marido.

O pai é responsável pelas acções dos membros da família (mulher e filhos) perante a sociedade; é-lhe dado o direito de julgar e punir.

As mulheres viviam completamente dependentes dos homens, a vida resumia-se a agradar-lhes não dispensando a sua tutela e protecção.

“As mulheres, privadas por lei, do seu direito à liberdade, ao trabalho, a possuir e administrar património, a circular na via pública, a eleger e serem eleitas, a estudar, a tomar decisões na sua vida pessoal e dos seus filhos, a decidirem sobre a sua sexualidade, perdem o estatuto de seres completos passando a ser vistas como incapazes, inferiores, meras servas dos interesses da sociedade patriarcal. As mulheres são condenadas, por lei, a servir os interesses masculinos, muitas vezes com o custo da própria vida, uma vez que essa mesma lei permite aos homens espancar e até matar as mulheres, sua propriedade” (CITE, 2003, p. 75).

Em Portugal no início do séc.XX, a preocupação pela situação das mulheres e pela defesa dos seus direitos, não obstante a situação de subalternidade em que se encontravam, levou ao aparecimento de movimentos feministas que lutavam contra esta situação e reclamavam uma igualdade política, sexual e económica entre os sexos. “Formaram-se vários grupos que, declaradamente feministas ou não, reflectiam sobre o estatuto social e a participação das mulheres na esfera pública” (Esteves e Silva *in* Gorjão, 1994, p.15).

Segundo a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, cidadão “era o sinónimo de homem burguês, proprietário e chefe de família”.

Em 1909 é criada a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a primeira organização que tinha por objectivo “defender o estatuto das mulheres dentro das ideias republicanas e em profunda ligação com o Partido Republicano e toda a movimentação política em curso” (Silva, RT, 2002, p.12).

A fundadora e dirigente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas foi Ana de Castro Osório, que para além de ser uma defensora dos direitos das mulheres em Portugal, foi uma das mais destacadas activistas nos vários movimentos de mulheres da época.

O programa da Liga é considerado pela sua principal dirigente como o de “eivar a mulher pela educação, dar-lhe uma nova consciência e dignidade e conseguir desde já algumas leis que são da mais inadiável necessidade” (*in* Esteves, 1991, p.29).

Outras mulheres também se destacaram na defesa contra a situação de inferioridade das mulheres, do ponto de vista legal, social, e cultural, e como militantes do feminismo. Algumas dessas mulheres foram:

Carolina Michaellis de Vasconcelos, Maria Amélia Vaz de Carvalho, uma escritora que embora não sendo feminista, lutou pela educação das mulheres. (Caiel) pseudónimo de Alice Pestana, e Adelaide Cabete.

Foi criado em 1914 em Portugal o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas apoiado pela presidente do Conselho Nacional das Mulheres Francesas (Avril de Sainte-Croix).

A nível internacional já tinha surgido, em 1888, o Conselho Internacional das Mulheres, criado por um grupo de sessenta e seis mulheres americanas e oito mulheres europeias, que tinha por objectivo: “«dar os meios de comunicação e de acção entre as organizações feministas de todos os países; oferecer às mulheres de todas as partes do mundo, a ocasião de se reunirem e de conferenciarem sobre as questões relativas ao bem da comunidade, da família e do indivíduo» ” (in Gorjão, 1994, p. 15).

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas era constituído, essencialmente, por mulheres pertencentes às camadas da alta e média burguesia. Era uma elite social e cultural que tinha formação escolar elevada ou superior. Entre muitas destacamos alguns nomes que são uma referência na história do feminismo do nosso País: Adelaide Cabete – médica, Ana de Castro Osório – escritora, Aurora Gouveia – advogada, Albertina Gambôa – professora.

De acordo com Vanda Gorjão (1994) “ Moviam-se nos espaços de debate de ideias, acompanhavam directamente os novos movimentos e as novas correntes de pensamento, propunham uma intervenção concreta no domínio público “ (p.16).

Estas mulheres não contemplavam no seu programa qualquer distinção social, procurando defender todas as mulheres e, especialmente, as mulheres operárias.

A implantação da República em 1910 e a Constituição de 1911, responderam a grande parte das reivindicações do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, criando legislação que veio alterar a situação jurídica da mulher portuguesa.

Muitos foram os decretos e leis publicados, que consagravam à mulher direitos iguais aos dos homens, mas as leis eleitorais continuaram a negar-lhes esse direito.

As alterações mais significativas foram: Igualdade cívica dos sexos, lei do divórcio, lei da família, e leis laborais que permitissem à mulher o acesso ao exercício de algumas funções públicas como por exemplo Notário, Conservadora do Registo Civil, e do Registo Predial.

Também se incluem nas concessões da legislação às mulheres “« o poder pertencer aos conselhos de família, sem restrições algumas; ser testemunha instrumentária, tal como o homem.»” (*in* Gorjão, 1994, p.19).

De salientar que o exercício da advocacia por mulheres só foi permitido em 1918.

Durante a Segunda Guerra Mundial o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas viveu um período de alguma estagnação, assim como as organizações femininas de outros países.

As mulheres dos países envolvidos na guerra foram para os hospitais e para as fábricas, ocupar os lugares deixados vagos pelos homens que iam combater, e isto aconteceu por todo o lado, verificando-se também em Portugal, o que as levou a um afastamento dos movimentos feministas, pois nesta altura as preocupações prioritárias eram a “sobrevivência e a guerra”.

“A Guerra constitui uma experiência de liberdade e de responsabilidade sem precedentes. Em primeiro lugar, pela valorização do trabalho feminino ao serviço da pátria e pela abertura de novas oportunidades profissionais, em que as mulheres descobrem, geralmente com prazer, o manuseamento de utensílios e técnicas que desconheciam. A guerra destrói, por necessidade, as barreiras que opunham trabalhos masculinos e trabalhos femininos que vedavam às mulheres numerosas profissões superiores”. (Thébaud, 1995, p. 49).

Com o final da guerra os grupos feministas recomeçaram a reorganizar-se e no nosso país criam-se comissões em todos os concelhos, sob a orientação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, na altura presidido por Maria Lamas.

Dá-se início à campanha das cinco sócias, com o objectivo de cada sócia angariar cinco novas sócias.

“O Conselho é de todas e para todas sem distinção de classe, cultura, desde a operária à que tem curso superior até à simples dona de casa” (CITE, 2003, p.85).

2.2 O Primeiro voto feminino em Portugal

Com a implantação da república em 1910, as leis eleitorais mantêm as restrições absolutas do direito de voto às mulheres, que era uma das principais reivindicações feministas, “ele representava as pretensões do sexo feminino junto dos governos e de pressioná-los no sentido de modificar o aflitivo panorama” (Esteves, 1998, p.52)

As mulheres constituíam mais de metade da população, como tal deveria ser-lhes dado o direito de votar “ «suportam as leis e pagam os impostos» ” (*ibid*). Só com a sua cooperação seria possível minimizar os problemas sociais e lutar contra a ignorância, como já se verificava nos países onde era permitido à mulher votar e ocupar cargos políticos. De acordo com Vanda Gorjão (1994) “ A recusa do voto feminino traduz, conseqüentemente, o quadro ideológico patriarcal e conservador que define o papel subalterno das mulheres na sociedade”. (p.22).

Maria Clara Correia Alves dava a conhecer a sua opinião num artigo que escreveu em 1920, intitulado “ «o voto às mulheres» ” no Boletim Oficial:

“ «Para que quererão as mulheres votar? Eis a pergunta que ouvimos formular Sempre que se debate a questão do sufrágio feminino. Ora a resposta é óbvia: Exactamente pelos mesmos motivos que movem os homens a delegar nos seus representantes no parlamento a defesa das suas causas. Em face da Razão e do Direito humano não se pode mesmo admitir que, quem trabalha e tem a compreensão nítida do seu valor e da sua força não possa, pela simples circunstância de ter nascido Mulher, enviar ao parlamento um legitimo representante seu» ” (nº 3-4, Março-Abril, 1920). (*in* Gorjão, p.22).

Em Abril de 1911, é aprovada uma lei que diz que são eleitores os portugueses maiores de vinte e um anos, os quais saibam ler e escrever e que sejam chefes de família.

Foi baseado no texto desta lei que omitia o sexo, que Carolina Beatriz Ângelo requereu a inscrição nos cadernos eleitorais, pois era médica, viúva e tinha uma filha que sustentava com o seu trabalho, como tal era chefe de família.

A inscrição foi-lhe negada, e recorre ao Presidente da Comissão de Recenseamento, o qual não sendo capaz de dar resposta, remete-a para o ministro responsável, António José de Almeida.

Depois de lhe ter sido negado o pedido, entrega um recurso no Tribunal da Boa Hora, onde contestava a exclusão do recenseamento eleitoral. O juiz sorteado foi João Batista de Castro, que era pai de Ana de Castro Osório (uma lutadora feminista e autora da obra “As Mulheres Portuguesas” publicada em 1905).

Em quatro dias apenas foi pronunciada uma decisão favorável, e nas eleições de 28 de Maio de 1911, Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira mulher portuguesa a votar. “Embora vivesse num país em que o sufrágio universal só foi instituído passados mais de sessenta anos, ou seja depois do 25 de Abril de 1974”. (Ferreira, 1999, p.200).

Este voto foi conseguido graças não só à decisão judicial como também à grande persistência desta mulher.

Por ter sido a primeira mulher a exercer o direito de voto “este acto de rebeldia perdurou na memória das feministas portuguesas, transformando-se numa referência obrigatória, constantemente lembrada nas páginas da imprensa feminina e com reflexos internacionais” (Esteves, 1998, p.60).

Magalhães Lima considerou o voto de Carolina Beatriz como um acontecimento histórico “ «que marcará a primeira etapa no movimento feminista português» ” (*ibid* p.61).

Além do sufrágio também a sentença que o permitiu mereceu louvores, chegando a ser editado em francês um opúsculo, com a decisão proferida a fim de “ «divulgar o mais possível o triunfo do feminismo na jovem e liberal república portuguesa» ” (*ibid* p.62).

Para que esta situação não se repetisse, em 1913 (Lei nº3 de 3 de Julho) surge uma nova lei que impede a participação eleitoral a qualquer outra mulher, “São eleitores dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português, e residam em território da República Portuguesa”. (Gorjão, 1994, p.25).

Seguiu-se uma longa luta e, em Maio de 1931, é promulgada uma nova lei que define a composição do eleitorado para as eleições das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, onde pela primeira vez as mulheres são consideradas entre os cidadãos eleitores.

O voto era permitido às mulheres, chefes de família, casadas com os maridos ausentes nas colónias, ou que tivessem curso secundário ou superior comprovado pelo respectivo diploma.

Apesar desta lei constituir um avanço, não deixava, no entanto, de ser discriminatória em relação às mulheres casadas que vivessem com os cônjuges, e para as que não tivessem curso secundário ou superior e para as solteiras.

Como é descrito na *Alma Feminina*, por esta altura, o voto feminino já tinha sido reconhecido em quase todos os países ocidentais. Portugal era um dos poucos países onde continuava a existir restrições à participação da mulher na vida política.

Só em 1946 o voto feminino foi alargado, passando a poder votar para a Assembleia Nacional e para o Presidente da Republica, as mulheres maiores ou emancipadas que tivessem o curso geral dos liceus, magistério primário, dos institutos comerciais e industriais e as “chefes de família” que soubessem ler e escrever.

As desigualdades continuavam a manter-se e o Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas volta a apresentar a contestação ao decreto-lei junto do governo e informa “que vai manter o protesto até ser aprovada nova lei onde não haja restrições baseadas no sexo” (CITE, 2003, p.85).

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas foi suspenso pelo regime Salazarista em 1947, e a sua sede encerrada “deixando de existir enquanto organização. Haveriam de decorrer ainda vinte anos até essa outra data que vem por fim estabelecer o direito de voto em igualdade de circunstâncias para homens e mulheres.” (Gorjão, 1994, p.61).

Só em 1968 é promulgada uma lei eleitoral que considera eleitores “todos os cidadãos portugueses maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por qualquer incapacidade prevista na lei” (CITE, 2003, p.85).

2.3 O Acesso à Educação

Durante séculos foi negado à mulher o direito à educação, e em simultâneo eram acusadas de nada saberem, e de não terem capacidade para aprender. Até à primeira metade do sec.XIX esteve vedado às mulheres o acesso à educação. Havia o cuidado para que o espírito delas não se desenvolvesse quer na escola, em casa, ou no convento, porque a finalidade era sempre a mesma “fazer das raparigas, esposas, crentes, donas de casa e mães de família eficazes” (Badinter, s/d, p.106).

No início do sec.XX, a educação das mulheres ainda era algo que continuava a ocupar um lugar marginal, mas os movimentos feministas portugueses sempre lutaram para que as mulheres tivessem acesso ao ensino.

Das feministas empenhadas nesta luta destacamos Carolina Micaelis de Vasconcelos, a primeira professora catedrática portuguesa, que em 1902 escreveu um artigo de seis partes intitulado “O movimento feminista em Portugal”.

Segundo esta autora “ «As mulheres submetem-se, sem protesto sensível, à tradição secular de inferioridade na cultura, na preparação para as lutas da vida, e até no tratamento de assalariadas em confronto com os seus companheiros masculinos» ” (*in* Silva, 2002,p.58).

Para esta feminista o caminho a seguir só podia ser “um caminho que assente no espaço educativo e se caracteriza pelo progresso cultural” (*ibid* p.59).

Na opinião de Carolina Micaelis, apesar de alguns sinais de mudança, o grande obstáculo era, sem dúvida, o “atraso cultural, a ignorância e o analfabetismo das mulheres”

Também a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas considera o problema da educação e instrução prioritário “pois só quando se resolver o atraso naquele campo é que se poderão minorar parte dos problemas sociais que afectam os extractos menos privilegiados da população portuguesa” (Esteves, 1991, p.74)

Na luta pelos direitos das mulheres também temos de referenciar D. António da Costa, que foi 1º ministro da Instrução Pública em Portugal (1878), que sempre lutou pela instrução das mulheres. No seu primeiro livro define as suas ideias acerca deste assunto “« Porque padece a mulher? E porque se tem em conta de mais desgraçada que o homem? Porque lhe cortam os voos à inteligência, porque as instituições e a ignorância a colocam sempre dependente, solteira ou viúva, restando-lhe por último o desamparo absoluto ou o pão ensopado em lágrimas»” (*in* Vasconcelos, 2002, p.76).

Muitas outras mulheres se destacaram nesta luta, antes mesmo já outras vezes se tinham feito ouvir, denunciando as lacunas existentes na educação das mulheres, e alertando para a necessidade urgente de terem acesso à instrução e educação, por exemplo, Caiel dedicou todo o seu esforço na luta pela educação, quer como jornalista e escritora, quer como professora.

Em 1900 num artigo sobre o analfabetismo, Caiel fala-nos da situação cultural, não só das mulheres, mas também de todo o país. “ «Em 5.049:729 habitantes, há 4.000:957 que não sabem ler. Tirado pouco mais de um quinto da sua população, Portugal é um país de analphabetos»” (*in* Silva, 2002, p.61).

Também Ana de Castro Osório se pronunciou sobre o analfabetismo do nosso país naquela época dizendo “ «Não há ninguém que não tenha ouvido, pensado, ou dito centenas de vezes que o maior mal do nosso país é a ignorância, que o analphabetismo é a causa mais flagrante da nossa decadência moral» ” (*ibid* p.61).

Cabe aqui uma referência para o facto que, do milhão de portugueses que sabiam ler e escrever, somente um terço eram mulheres.

A mesma autora escrevia em 1905 sobre a educação *in* Às Mulheres Portuguesas:

“Educar a mulher dando-lhe meios de poder auferir com o seu trabalho o suficiente para a sua sustentação – quando é só – de auxiliar o homem, esgotado pelo trabalho de sobre - posse que lhe exige a concorrência e a carestia da vida moderna, - quando casada – parece-nos a maneira mais prática de a tornar um ser livre, apta a escolher por moto próprio o caminho a seguir diretamente na vida”.(Osório,1905,p.46).

Apesar do aumento considerável das taxas de escolarização e da consequente baixa no analfabetismo, em 2001 esta taxa ainda se mantinha elevada, continuando a ser superior nas mulheres.

Em 1991 a taxa era de 7,7% para os homens e 14.1% para as mulheres, em 2001 essa taxa era de 6,3% para os homens e 11,5% para as mulheres. (INE, Censos 2001).

Tem sido notório o crescimento das taxas de escolarização feminina, constatando-se grandes mudanças no acesso a educação das gerações mais novas de mulheres, sendo superiores às masculinas no ensino secundário, bacharelato e licenciatura.

Em 2001 por cada 100 mulheres (com 21 anos e mais) com o ensino superior completo havia 72 homens. (INE, Censos, 2001). Constatamos assim grandes mudanças em termos de acesso à educação nas gerações mais novas de mulheres.

2.4 MULHERES SÓS: VÁRIOS MODELOS

“Porque é que tantas pessoas vivem sós? Porque é que o seu número continua a aumentar, ano após ano, inexoravelmente?”

A resposta a esta questão só muito raramente é dada, porque é difícil ouvi-la, porque toca em muitos temas proibidos, porque põe em causa um alicerce essencial da nossa sociedade”. (Kaufmann, 2000, p. 14).

Nas sociedades modernas é frequente falar-se do crescimento das unidades residenciais de pessoas sós, resultante das mudanças sociais que têm ocorrido na esfera privada. Os indivíduos optam por outros estilos de vida, novas formas de viver os afectos, os quais se reflectem nas formas residenciais.

Na nossa sociedade as alterações ocorridas nas últimas décadas (aumento do divórcio e o aumento do número de mulheres no mundo do trabalho), conduziram a uma alteração nas estruturas familiares, aumentando o número de famílias monoparentais.

“As unidades domésticas de pessoas sós têm vindo a aumentar significativamente em Portugal, ainda que em proporções aquém das de outros países da União Europeia. Registando nos últimos dez anos um crescimento de quase 50%, passaram de 4,4% para 6,1% no total da população residente”. (Guerreiro, 2003, p. 47).

Para a maioria dos indivíduos que vivem sós, esta pode não ter sido uma opção de vida, e como a mesma autora refere em relação aos solteiros “nada garante ter sido o celibato uma condição voluntariamente assumida, podendo sim demonstrar algumas dificuldades existentes no «mercado matrimonial» Casar já não é o fim em si. As mulheres hoje vivem, economicamente sem o casamento “A grande maioria dos que vivem sozinhos exerce actividade profissional, o que vem reafirmar a importância de ter um emprego para prover os recursos necessários à manutenção de uma vida independente, seja ela uma opção ou um constrangimento”. (*ibid*, p. 38).

Nos dias de hoje há a registar o significativo alargamento do papel da mulher para além das suas actividades domésticas e familiares e a sua presença no mercado de trabalho, o que trouxe alterações significativas na estrutura familiar.

Maria das Dores Guerreiro *cit* Giddens “O avanço da modernidade traz consigo alterações nas instituições da família e do casamento (...) As relações pessoais e íntimas podem adquirir contornos não existentes em quadros institucionais tradicionais, e dão azo a que tenda a ser cada vez maior o número de pessoas a viverem sozinhas”. (2003, p.31).

O aumento de pessoas sós pode também estar relacionado com o aumento da esperança de vida e como tal do envelhecimento da população. “ Se por um lado, a longevidade dos indivíduos decorre do sucesso de conquistas no campo social e da saúde, o envelhecimento, como um processo, representa novas demandas por serviços, benefícios e atenções que se constituem em desafios para os governantes e sociedades presentes e do futuro”. (Debert e Neri, 1999, p. 37).

A maior longevidade feminina e o aumento de famílias monoparentais, as quais quase sempre são encabeçadas por mulheres, são dois factores que contribuem para o aumento de viúvas e mães sós. “vivendo-se mais tempo, os percursos biográficos dos indivíduos podem culminar numa vida a sós” (*ibid*, p. 32).

As mesmas autoras referem que “Não são os mesmos os processos e as lógicas que presidem à estruturação de uma vida residencial autónoma para um indivíduo jovem, um adulto ou um idoso”. (*ibid*, p. 47)

As razões porque se está só devem ser analisadas caso a caso. Se o estar só é imposto por um abandono, certamente que essa vivência não será a mesma que no caso de ter sido uma opção, por exemplo em função da carreira profissional, que nada tem a ver com uma rejeição.

Não nos podemos esquecer que na categoria de mulheres sós, estão incluídas não só as solteiras, e viúvas como também as divorciadas. Para estas, “Morar sozinha ou morar com parentes pode ser o resultado de desenlaces ou de celibato, da não existência de prole, do falecimento dos filhos, ou ainda da decisão de não viver com os filhos, caso os tenha tido, ou com ninguém, caso tenha recursos para isso”. (Debert e Neri, 1999, p. 37).

No caso das mulheres divorciadas, muitas vezes sentem algum mal-estar. As separações, quer sejam situações impostas ou desejadas, não estavam nos planos iniciais, “de repente encontramos-nos só e as nossas sensações e reacções são diferentes e variáveis. Confusão, incerteza, dor. O que significa que precisamos repensar a vida, uma vez superado o golpe inicial que nos paralisa e descontrola”. (Alborch, 2000, p. 113).

Certamente que para algumas mulheres, o período de adaptação à nova vida será mais longo que para outras, dependendo “do ambiente que nos rodeia, a nossa situação socioeconómica, o nosso mundo afectivo à margem do casal – e, obviamente a nossa atitude interior”. (*ibid*, p. 114).

Anália Torres (1996) na obra “Divórcio em Portugal, ditos e interditos: uma análise sociológica”, refere na Introdução desta que:

“O tema do divórcio é áspero, tem arestas. Sugere mal-estar, sofrimento. Representa o oposto da ideia positiva associada ao enamoramento e à paixão. Significa o fim de uma promessa, de um projecto, da partilha de um ciclo de vida”. (p.1). É também evidente na maioria dos testemunhos que o casamento encerra em si um papel preponderante na vida e identidade da maioria das mulheres: foram talhadas, socializadas para uma vida em comum. “No limite, não aqui «definição de si» fora do casamento. Casa-se porque se ama, ama-se também porque se está casada; finalmente, o sentimento pode até perdurar para além do casamento (...) uma instituição a preservar a todo o custo” (Torres, 1996, p.77). A autora refere ainda que “a ruptura conjugal surgiu de forma inesperada, pondo em causa não só as dimensões afectivas e amorosas como a sua própria maneira de viver. E essa descoincidência na relação ao que era esperável traduziu-se em dificuldades de adequação aos novos contextos, em perda de referências” (*ibid*, p. 79).

Quando a ruptura acontece é como algo que se desmorona, e nesse momento aparecem “*monstros e demónios*” pois a separação não é só física e emocional, mas também material. Em alguns casos instaura-se o vazio e a solidão, noutros assiste-se à libertação de um pesado fardo. Num e noutro momento serão diferentes as formas da cicatrização, sempre dependentes do modo de vida que se leva e dos recursos que se dispõe.

São muitas vezes as amigas que ajudam a superar o período da separação, ouvindo, analisando, aconselhando e fazendo projectos juntas como férias e fins-de-semana. “A amizade reveste-se de especial importância para as mulheres que não têm um companheiro, pois constitui uma importante fonte de apoio emocional”. (Alborch, 2000, p. 135).

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Na realização deste trabalho optou-se por um estudo exploratório descritivo, pois como nos dizem Carmo e Ferreira (1998), o objectivo destes estudos “ (...) é proceder ao conhecimento de uma dada realidade pouco ou deficitariamente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade”. (p.47). Também segundo Fortin (1999) “Os estudos descritivos visam obter mais informações, quer seja sobre as características de uma população, quer seja sobre os fenómenos em que existem poucos trabalhos de investigação” (p. 161).

A mesma autora refere também que neste tipo de estudo “O objectivo do estudo descritivo consiste em discriminar factores determinantes ou conceitos que, eventualmente possam estar associados ao fenómeno em estudo”. (p. 162).

3.2 Opção Metodológica

“Um investigador para melhor resolver um problema de pesquisa não tem que aderir rigidamente a um dos dois paradigmas, podendo mesmo escolher uma combinação de atributos pertencentes a cada um deles. O investigador também não é obrigado a optar pelo emprego exclusivo de métodos quantitativos ou qualitativos e no caso da investigação assim o exigir, poderá mesmo combinar o emprego dos dois tipos de métodos.” (Carmo, *cit* Reichardt e Cook, 1998, p. 176).

Tendo em conta o objectivo desta Investigação, optámos por uma abordagem que engloba os paradigmas quantitativo e qualitativo por pensarmos ser o mais adequado ao tipo de trabalho que nos propomos realizar na medida em que serão estudadas mulheres de várias faixas etárias e de diferentes meios sociais.

Como nos diz Carmo e Ferreira (1998), “Embora muitos investigadores adiram a um paradigma e ao método que lhe corresponde, outros combinam nos seus trabalhos de investigação os dois métodos característicos de cada um dos paradigmas”. (p.176).

Também segundo os mesmos autores, “Nas últimas décadas têm sido objecto de discussão não só as vantagens e inconvenientes relativos à adequada utilização de métodos quantitativos e de métodos qualitativos em trabalhos de investigação em Ciências Sociais, como tem sido encarada a possibilidade de utilizar uma articulação de ambos”. (p. 175).

De acordo com Anthony Giddens (2000) “Todos os métodos de investigação (...), têm as suas vantagens e limitações. Por isso, é vulgar combinar vários métodos num único processo de investigação, usando cada um deles para completar e testar os outros”. (p, 649).

3.3 Questão de investigação

O estudo efectuado desenvolveu-se em torno de uma questão principal, que funcionou como guia ao da investigação, tendo-se definido uma pergunta de partida;

“A decisão de viver só, foi uma opção ou o resultado de uma trajectória de vida?”

3.4 Objectivos e Motivações

A realização deste estudo tem por objectivo principal, compreender ou tentar compreender como as mulheres sós encaram a sua solidão, e de que forma a solidão influencia a sua vida, para além do tema “solidão feminina” nos atrair desde há muito tempo como objecto de estudo.

Outro dos objectivos que nos levaram à realização deste estudo prende-se com o interesse crescente pelas questões relacionadas com a solidão e em especial “a solidão feminina” que nalguns casos constitui um problema, e que afecta a nossa sociedade.

Pretendemos também obter elementos que possam contribuir para a fundamentação teórica do fenómeno “solidão”, permitindo aprofundar o conhecimento sobre esta realidade social. “Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica” (Quivy e Campenhoudt, 2003, p. 31).

É também nosso objectivo, realizar uma reflexão de forma a atingir o maior número possível de pessoas implicadas nos processos de tomada de decisão, de forma a sensibilizá-los para a necessidade de se criarem estruturas de suporte para quem vive esta situação por imposição, nomeadamente, as mulheres mais idosas.

3.5 Relevância do Estudo

Pretendemos com este estudo, contribuir para a investigação da solidão feminina sobre a qual existem poucos estudos no contexto da sociedade portuguesa.

Realçar a importância que o fenómeno solidão está a ter na nossa população, especialmente nas mais idosas, onde a esperança de vida é mais significativa.

3.6 População

O estudo foi efectuado a partir de uma população de mulheres solteiras, viúvas e divorciadas, residente na vila de Alhos Vedros, com idades iguais ou superior a 50 anos.

Prevendo as restrições que se impõem a um trabalho de índole académico, nomeadamente no que respeita aos recursos disponíveis para as operações de recolha, tratamento e análise de dados, restringimos o universo de estudo às mulheres residentes na vila de Alhos Vedros.

Para Carmo e Ferreira (1998) o conceito de população resume-se ao “(...) conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição (...) com uma ou mais características comuns a todos eles, que os diferenciam de outros conjuntos de elementos”. (p. 191).

3.7 Amostra e Critérios de Elegibilidade

A nossa amostra é constituída por 10 mulheres, residentes em Alhos Vedros, com idade superior ou igual a 50 anos, pertencentes a meios sociais distintos, com diferentes níveis de escolarização e que não habitassem com um companheiro, sendo excluídas as casadas ou as que viviam em união de facto. Cinco das entrevistadas eram residentes no Lar Pedro Rodrigues da Costa. Para determinar a amostra foram utilizados os seguintes critérios de elegibilidade:

- Ter 50 anos ou mais.
- Residir actualmente na vila de Alhos Vedros.
- Ser solteira, viúva ou divorciada (e sem companheiro).

A selecção da amostra foi feita através do conhecimento pessoal, com excepção das residentes no Lar, que foram sugeridas pela directora do mesmo. Utilizou-se a chamada amostra não probabilística, tratando-se de uma amostragem de conveniência que de acordo com Carmo e Ferreira (1998) “Utiliza-se um grupo que esteja disponível ou um grupo de voluntários”. (p. 197).

Estes autores salientam ainda que as amostras não probabilísticas “(...) podem ser seleccionadas tendo como base critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra.” (*ibidem*).

Para Fortin (1999) “A amostragem não probabilística é um procedimento de selecção segundo o qual cada elemento da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhido para formar a amostra “ (p.208).

3.8 Instrumento de Colheita de Dados

Optámos pela realização de um inquérito por entrevista, onde foram formuladas questões fechadas, semi-abertas e também questões abertas, sendo o mesmo realizado em situação presencial. “As respostas abertas dão oportunidade aos entrevistados para exprimirem os seus pontos de vista pelas suas próprias palavras, visto não estarem limitados a respostas rígidas”. (Giddens, 2000, p. 643). Esta opção permitiu-nos conhecer as pessoas, as suas opiniões sobre o tema em estudo e as suas realidades, de forma personalizada, gerando uma relação de proximidade, que de outro modo não seria possível.

Na formulação do inquérito elaborámos algumas questões que procuram sondar a opinião das inquiridas sobre as possíveis causas da “solidão feminina”, e também as suas consequências assim como a forma como vivem a solidão, como por exemplo:

- O que é para si a solidão? Como a definiria?
- Quais os aspectos mais positivos por estar só? E os mais negativos?

As perguntas abertas permitem-nos uma abordagem mais profunda do objecto de estudo e dão às inquiridas a possibilidade de responderem de acordo com as suas vivências.

O Instrumento de colheita de dados foi a entrevista, pois como nos dizem Quivy & Campenhoudt (2003) “Nas suas diferentes formas, os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana (...). Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos da entrevista caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele” (pp. 191/ 192).

3.9 Preocupações éticas

As participantes no estudo fizeram-no de forma voluntária e foram informadas sobre os objectivos da pesquisa, e também sobre os procedimentos mais gerais da mesma. Um dos princípios éticos que nos falam Carmo e Ferreira (1998) é o de “Antes de iniciar a investigação estabelecer um acordo com os participantes de forma a que fiquem explícitas conjuntamente as responsabilidades do investigador e a deles próprios” (p.265).

Foi também pedida autorização ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, para que nos permitisse o contacto com seis mulheres residentes na instituição e que fazem parte da nossa amostra. Outro dos princípios éticos para os autores atrás referenciados diz respeito à solicitação de “(...) autorização das instituições a que pertencem os participantes para estes colaborarem no estudo” (Carmo, 1998, p.265).

3.10 A Fase exploratória

Foram realizadas duas entrevistas exploratórias, uma no lar de idosas e outra fora do lar. Segundo Quivy e Campenhoudt (2003) “As entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho (...) é uma técnica surpreendentemente preciosa para uma grande variedade de trabalhos de investigação social”. (p.70).

As entrevistas exploratórias foram feitas com o objectivo de testar as perguntas, e se necessário alterá-las de forma a obter os dados pretendidos.

Os mesmos autores referem que para assegurar “ (...) que as perguntas serão bem compreendidas e as respostas corresponderão, de facto, às informações procuradas, é imperioso testar as perguntas” (p.182).

Após a realização das entrevistas exploratórias a formulação de algumas perguntas foram alteradas em virtude de não se adaptarem às mulheres mais idosas e residentes no Lar e somente para estes casos ficando sem alteração as dirigidas às outras mulheres.

A pergunta nº 4 onde se perguntava quais as habilitações literárias das entrevistadas, passou a constar também o não saber ler nem escrever, pois encontramos algumas mulheres nessas condições.

As perguntas nº 11 e nº 12 reportavam-se à ocupação dos tempos livres, e também estas sofreram alteração, pois as utentes do Lar não vão ao cinema, não praticam desporto, nem ocupam o tempo com outra actividade, e todo o tempo é livre assim a pergunta passou a ser *Como ocupa o seu tempo?* Para as residentes no Lar são sempre tempos livres.

As perguntas nº 13 e nº 14 também foram alterados pois em vez de *Costuma sair com amigos?* A pergunta passou à seguinte formulação: *A sua família costuma vir buscá-la para passear? Quando foi a última vez que a levaram a passear?*

Também as últimas perguntas a nº 20 e 21 onde se perguntava *Actualmente tem uma relação sentimental? E qual a razão porque não tem?* Deixaram de existir para estas mulheres, ficando o guião mais curto com apenas 19 perguntas.

3.11 Recolha de dados

Os passos iniciais desta pesquisa consistiram num contacto directo com as entrevistadas, a fim de lhes explicar o objectivo da pesquisa e sondar a disponibilidade para fazerem parte do estudo, seguindo-se a marcação da data e hora das mesmas, assim como o local onde iriam decorrer. “ A experiência tem demonstrado que o contacto prévio com os entrevistados (...) não é um gasto inútil de energias mas constitui, pelo contrário, um investimento.” (Carmo e Ferreira, 1998, p. 135). Também solicitamos por escrito à direcção da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, autorização para contactarmos as participantes no estudo. A todas foi assegurada a confidencialidade e o anonimato, sendo-lhes dada a opção de utilizarem um nome falso ou as iniciais.

Depois das devidas autorizações e de lhes ser garantido o anonimato, deu-se início à recolha dos dados. “O direito ao anonimato e à confidencialidade é respeitado se a identidade do sujeito não puder ser associado às respostas individuais, mesmo pelo próprio investigador” (Fortin, 1999, p. 117).

As entrevistas decorreram entre os meses de Setembro e Dezembro de 2006, e foram realizadas aos fins-de-semana na residência das participantes, excepto as do Lar onde residem as mais idosas e que decorreram nos dias de semana entre as 9h e as 12h, por ser a altura do dia em que as utentes estão mais disponíveis.

Pelas características da nossa investigação não é possível manter o anonimato das entrevistadas, pois é-nos sempre fácil identificar as entrevistadas através das respostas obtidas.

As entrevistas foram divididas em duas partes. A primeira consistia num questionário com perguntas fechadas e na segunda parte eram formuladas as questões abertas e semi abertas, sendo toda a entrevista transcrita pela investigadora, na presença das entrevistadas, o que tornou o tempo da entrevista muito variável, finalizando ou interrompendo sempre que demonstravam vontade de o fazer. Posteriormente as entrevistas eram totalmente transcritas para computador assim como todas as observações registadas pela investigadora no decorrer da mesma,

“Após a entrevista é sempre útil registar as observações sobre o comportamento verbal e não verbal do entrevistado, bem como sobre o ambiente em que a mesma decorreu. Tal registo permitirá levantar hipóteses mais seguras sobre a autenticidade das respostas obtidas e sobre o grau de liberdade com que foram dadas.” (Carmo e Ferreira, 1998, pg. 136).

As entrevistas foram lidas várias vezes, seguindo-se uma análise detalhada de forma a retirar as frases e as afirmações mais significativas para o objecto de estudo.

3.12 Tratamento dos Dados

As respostas obtidas através do questionário foram tratadas pelo método de análise estatística, a fim de poderem ser produzidas algumas conclusões, convergindo para alguns dos objectivos de abordagem quantitativa que consistem “ (...) essencialmente em relações entre variáveis, fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico de dados recolhidos, testar teorias” (Carmo e Ferreira, 1998, p. 178).

Os dados obtidos na segunda parte das entrevistas, foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, “A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” (Vala, 2005, p.101).

Bardin define a análise de conteúdo como:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos, e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin,1977, p. 42)

Para Berelson citado por Carmo e Ferreira (1998) a análise de conteúdo é “Uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objectivo a sua interpretação” (p.251).

Para os autores referenciados anteriormente, a análise de conteúdo pressupõe seis etapas que são:

- Definição dos objectivos e do quadro de referência teórica;
- Constituição de um *corpus*;
- Definição de categorias;
- Definição de unidades de análise;
- Quantificação (não obrigatória);
- Interpretação dos resultados obtidos;
- O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação;

Após terem sido definidos os objectivos, foi constituído um primeiro *corpus* através das entrevistas exploratórias o que nos permitiu, uma reflexão sobre os dados que se tinham obtido com os guiões utilizados. Elaboraram-se depois guiões definitivos e procedeu-se à realização das entrevistas. Com esse novo *corpus* procedeu-se então ao tratamento dos dados e à respectiva categorização.

Nas unidades de análise encontramos três tipos de unidades, a de **registo**, a de **contexto** e a unidade de **enumeração**.

Para Carmo e Ferreira (1998) “A unidade de registo é o segmento mínimo de conteúdo que se considera necessário para poder proceder à análise, colocando-o numa dada categoria” (p.257).

Segundo Bardin (1977) a unidade de registo “É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando categorização e a contagem frequencial. A unidade de registo pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis” (p. 104).

De acordo com Carmo e Ferreira (1998) a distinção mais habitual é entre unidades formais e unidades semânticas, podendo considerar-se unidades formais as que incluem a palavra ou frase, uma personagem ou um qualquer item. Unidades semânticas podem ser consideradas as que utilizam unidades temáticas ou de informação, sendo a mais comum o tema.

A unidade de contexto e de acordo com os mesmos autores “Constitui o segmento mais longo do conteúdo que o investigador considera quando caracteriza uma unidade de registo, sendo a unidade de registo o mais curto (...) Unidades de registo e de contexto muito longas levantam dificuldades à sua validade interna” (p.257).

A unidade de enumeração diz respeito à contagem frequencial das unidades de registo, segundo Vala *in* Silva e Pinto (2005) “A unidade de enumeração é a unidade em função da qual se procede à quantificação” (p.115). Dizem respeito à frequência com que aparecem as unidades de registo, sendo a sua quantificação feita em função do número de vezes que aparecem.

Carmo e Ferreira (1998) definem a unidade de enumeração como “A unidade em função da qual se procede à quantificação (...) a unidade de registo será traduzida pelo número de vezes que aparece em cada um dos temas” (p.258).

Dadas as características deste estudo não foi aplicada a etapa da quantificação.

3.13 Validação do tratamento dos dados

Pretendeu-se que a análise de conteúdo fosse válida de acordo com os critérios definidos por Carmo e Ferreira 1998 “Uma análise de Conteúdo será válida, quando a descrição que se fornece sobre o conteúdo tem significado para o problema em causa e reproduz fielmente a realidade dos factos” (p.259).

CAPÍTULO 4 - A VILA DE ALHOS VEDROS - CARACTERIZAÇÃO

Vila ribeirinha situada na margem esquerda do rio Tejo, numa das inúmeras enseadas do seu vasto estuário, é uma das seis freguesias do concelho da Moita, que a sul confronta com o concelho de Palmela, a oeste com o concelho do Barreiro e a norte e este com o do Montijo.

A partir do séc.XIII o quotidiano nesta região vivia-se entre a recolha de lenha, a extracção de sal, a agricultura, o fabrico de cal e vidro, a moagem de cereais em moinhos de maré e vento, e sobretudo o transporte de pessoas e produtos entre esta margem e a cidade de Lisboa.

Com o aparecimento dos caminhos-de-ferro desenvolveram-se as actividades ligadas à extracção da cortiça, cultivo de produtos hortícolas e frutícolas, actividade piscatória, extracção e transporte de sal.

A Vila de Alhos Vedros tem uma área de 1.525 hectares e uma população de 12.614 habitantes (Censos 2001), cuja parte activa se desloca maioritariamente para os concelhos limítrofes e margem norte do Tejo.

Possui vários monumentos com interesse histórico, dos quais destacamos a Igreja de S. Lourenço (Igreja Matriz de Alhos de Vedros) o Poço Mourisco e o Pelourinho.

A Igreja de S. Lourenço merece um lugar de destaque não só pela sua arquitectura e antiguidade mas também pelo mistério que encerra uma das suas capelas. A capela de S. João Baptista, onde existe no chão da mesma uma laje com inscrição “porta”, facto que tem despertado através dos anos muito interesse e curiosidade. A construção remonta aos finais do século XIII, mas a sua nave pertence ao século XVII. As paredes são revestidas com azulejos de 1749, descritivos de passagens da vida de S. Lourenço.

O poço Mourisco e o Pelourinho, são dois monumentos que nos falam dum passado remoto e a merecer todo o respeito e estima.

“Ao Poço chamam-lhe mourisco por ter sido, como se crê, construído antes da fundação de Portugal, ainda no tempo de denominação moura.

São de realçar os relevos nas paredes, uma cabaça, um ramo de oliveira com azeitonas e uma flor-de-lis. Os sulcos profundos das cordas no mármore duríssimo e a lenda que a respeito do mesmo poço se teceu, provam bem a sua antiguidade.

A lenda reza assim: «Quando algum rapaz ou rapariga, com a cabeça, conseguir partir a cabaça, que nele se encontra esculpida, dela sairá um tesouro imenso de moedas em ouro, que o tornará feliz para toda a vida»”(Alves,Pe, 1981, pp. 44-45).

O Pelourinho, monumento Manuelino do sec.XVI, simboliza o poder que Alhos Vedros tinha sobre as terras vizinhas.

Estes pelourinhos, já se erguiam na antiga Roma e Gálea, na Idade Média, a simbolizar o mesmo – o poder e jurisdição sobre outras terras. Serviam ainda, para, às suas colunas de pedra, serem amarradas pessoas, que durante algum tempo sofriam publicamente, pelos desmandos praticados, o vexame de quantos passavam.

“Alhos Vedros teve foral, que lhe foi dado em 15 de Dezembro de 1514 por D. Manuel”. (Enciclopédia da Cultura, 1992, p.1248).

Foi em Alhos Vedros que D. João I se refugiou quando a peste assolou Lisboa vitimando a sua esposa D. Filipa de Lencastre.

Nesta vila realizou-se a entrevista do monarca com os seus filhos, que ali foram com o intuito de o decidir à expedição de Ceuta, antes projectada e que a morte da Rainha tinha feito adiar.

“Alhos Vedros foi povoação de grande importância, famosos eram, ainda nos séculos XVII e XVIII os dízimos do sal desta localidade”. (Dic. Enciclopédico, p.763).

Foi vila e sede de concelho até 1855.

À entrada da vila encontra-se o Parque das Salinas, cuja concepção acompanha o recorte natural das margens do Tejo. A área de lazer foi concebida pela recuperação das antigas salinas desactivadas.

Esta vila tem por tradição a organização da festa religiosa mais antiga no concelho, em honra de Nossa Senhora dos Anjos, que se realiza no mês de Julho, e o tradicional corso carnavalesco que desfila pelas ruas da vila.

Equipamentos e Infra Estruturas

“A vila sofria de um certo isolamento geográfico pois, embora servida pelo Caminho de Ferro e mais tarde pelas carreiras de autocarro, as comunicações eram difíceis e Lisboa parecia muito longe” (Sousa, 1993, p.17).

Rede rodoviária

Com a abertura da Ponte Vasco da Gama em 1998 e a posterior conclusão do IC-32 ligando a nova ponte ao IC-21 (via rápida do Barreiro), as condições de acessibilidade rodoviárias do concelho da Moita modificaram-se radicalmente e mudaram-se as condições da sua integração territorial e das dependências urbanas.

O nó do IC-32 na Moita, a construção da CREL da CRIL e de novas radiais a norte do IC-32 e da A-12 a sul ligadas pelas duas pontes, complementadas no interior de Lisboa pelo Eixo Norte – Sul, criou uma rede que abraça as duas margens do Estuário do Tejo através de um anel que reentra na Área Metropolitana.

Áreas tradicionalmente periféricas como Alcochete, Moita, o interior do concelho de Palmela ou mesmo áreas dos concelhos de Loures, Odivelas, Amadora e Sintra, passaram assim a ter uma melhor interligação.

A estrutura viária do concelho sofreu reestruturações recentemente com o objectivo de melhorar o tráfego regional e intermunicipal para o IC-32, reduzindo as cargas na EN-11 e atravessamentos desnecessários da área urbana, permitindo um profundo reordenamento na rede viária local.

A ligação do eixo urbano Moita/Barreiro também sofreu uma reestruturação viária com funções de articulação e distribuição, proporcionando novos padrões de serviços, para transportes públicos, peões e acessos locais e novas condições de qualificação do espaço urbano.

Rede ferroviária

Abrangendo todo o troço ferroviário entre o Barreiro e o Pinhal Novo, estão em curso a supressão das passagens de nível a fim de melhorar as condições de acessibilidade às estações e apeadeiros.

O processo de modernização implica ainda a eliminação de todos os atravessamentos pedonais de nível actualmente existentes e a sua substituição por passagens desniveladas para peões, inferiores ou superiores consoante as características técnicas de cada caso.

A cerca de 6Km da vila de Alhos Vedros, na Penalva construiu-se uma estação ferroviária que permite a ligação directa a Lisboa através da Ponte 25 de Abril, além de configurar mais uma alternativa de transporte colectivo, que em muito veio beneficiar todos aqueles que diariamente se deslocam para Lisboa.

Saúde

No que concerne à saúde é de referir que o hospital de Alhos Vedros encerrou há alguns anos, não existindo no concelho actualmente nenhum hospital, em caso de internamento os utentes são enviados para o hospital do Barreiro. O concelho da Moita dispõe de um Centro de Saúde com extensões distribuídas pelo concelho, situadas nas freguesias de Alhos Vedros e Baixa da Banheira.

No concelho da Moita existe um único Tribunal para as seis freguesias. Também no que respeita à corporação de Bombeiros Voluntários, regista-se apenas um quartel de Bombeiros para a cobertura total do concelho.

A presença dos serviços da Guarda Nacional Republicana e da Policia de Segurança Pública situam-se na freguesia sede do concelho (1 posto da GNR e 1 posto da PSP). A Guarda Nacional Republicana dispõe ainda de um segundo posto na freguesia da Baixa da Banheira.

Educação

No respeitante à educação no concelho da Moita existem vários estabelecimentos de ensino públicos e privados. Segundo fonte da Câmara Municipal no 1º ciclo do Ensino Básico estão contabilizados 28 estabelecimentos, e nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, 6. Quanto ao Ensino Secundário o concelho apenas dispõe de 2 escolas, uma no Vale da Amoreira e outra na Moita. De referir que em todo o concelho não existe uma escola profissional nem de Ensino Superior.

Equipamentos

No concelho da Moita têm sido criadas algumas estruturas e equipamentos novos, como é o caso da Piscina Municipal de Alhos Vedros. Porém o equipamento desportivo disponível é insuficiente, não satisfazendo as necessidades da população actual, tendo muitas vezes de recorrer a alternativas fora do concelho.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALHOS VEDROS

A Misericórdia de Alhos Vedros foi fundada no século XVI. Os recursos económicos eram sobretudo constituídos por dádivas, que em meados do século passado atingiu uma soma considerável devido à acumulação das mesmas.

Também a taxa aplicada nos bilhetes de espectáculos, sobretudo das touradas, constituía outra fonte de rendimentos.

A partir da década de vinte passou o Estado a ter responsabilidades para com a Misericórdia de Alhos Vedros, a qual foi sempre aumentando até se tornar regular. A acção do então Provedor foi decisiva, tendo conseguido das autoridades governamentais o apoio para o início de uma misericórdia moderna.

“Alhos Vedros fundara o seu hospício em 1500, logo após a criação da Misericórdia de Lisboa em 1498 pela viúva de D. João II, a rainha D. Leonor” (Alves, 1981, p.34).

Em 1939 foi criada a maternidade que funcionou até há alguns anos.

Com mais de 500 anos a Santa Casa da Misericórdia de Alhos- Vedros é uma das mais antigas do país desempenhando um papel de relevo no apoio social desta freguesia.

O apoio à Terceira Idade teve início em 1974, no Lar Pedro Rodrigues Costa, e mais tarde em 1981, a Misericórdia estendeu a sua actividade à Infância.

Lar Pedro Rodrigues da Costa

Nome: Lar Pedro Rodrigues da Costa (1974)

Actividade: lar de 3ª idade

Número de Residentes: 60 idosos

Número de apoios domiciliários: 50 idosos

Centro de Dia: 30 idosos

Morada: Largo da Misericórdia

Freguesia: Alhos Vedros

Proprietário: Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros

Para não referirmos a prática corrente das misericórdias nos últimos 400 anos, referimos apenas que um hospital sub regional com um pequeno asilo a funcionar paralelamente, e com poucas condições, passou após a desintegração em 1978 dos hospitais e misericórdias, a ter sede própria num pequeno lar residencial para idosos.

O Lar foi mandado construir por Pedro Rodrigues da Costa, homem com alguns recursos e sem descendentes.

Os idosos dispõem neste lar de um serviço para residentes e ainda serviços de apoio domiciliário, e também de centro de dia.

O quotidiano da vida deste lar é disciplinada, há horários fixos para as refeições, o pequeno-almoço é servido às 9horas, ao meio-dia já todos estão à mesa para almoçar, o lanche é por volta das 16horas e o jantar às 18horas.

Os internos dependentes após o jantar são levados para o quarto pois as funcionárias têm os seus horários de saída e só fica uma durante a noite para qualquer emergência.

Também a maioria dos idosos autónomos depois do jantar recolhem aos quartos, sendo poucos os que ficam na sala a ver televisão ou a conversar

Os dias são passados na sala de convívio ou no jardim, quando o tempo o permite, é aí que normalmente encontramos as nossas entrevistadas

São raras as formas de lazer lúdicas existentes, no entanto todas as entrevistadas referiram que nunca receberam maus-tratos.

A entrada no lar é feita através dos familiares, são eles que normalmente decidem o internamento, algumas vezes até de uma forma prepotente, embora algumas mulheres tenham referido que foi por opção por não quererem constituir um peso para a família, e também porque não lhes podiam dar a atenção devida e assim surge o internamento como inevitável.

CAPÍTULO 5 - AS ENTREVISTADAS

A decisão de viver só assume uma grande importância na vida de uma mulher. O que motiva esta tomada de decisão foi a razão que nos levou a desenvolver este trabalho.

Para uma melhor compreensão, consideramos de alguma importância apresentar, embora de uma forma resumida cada uma das participantes no estudo. Os nomes atribuídos às entrevistadas são fictícios, a fim de ser mantido o anonimato.

Entrevista 1

Clara tem 52 anos, é solteira, não tem filhos, possui uma licenciatura e é professora tendo sido sempre esta a sua profissão, embora já esteja a pensar na reforma porque se sente muito cansada e pouco valorizada. O seu rendimento mensal está acima dos €1500. É natural de Alhos Vedros onde sempre viveu, actualmente vive acompanhada pela mãe e gosta de ocupar o tempo livre com a leitura, pois sempre gostou muito de ler, e também vê televisão especialmente à noite, com preferência para as notícias, também gosta muito de sair ao fim de semana com pessoas amigas, colegas e familiares.

Refere como um dos aspectos mais positivos por estar só, o não ter que dar satisfações a ninguém e sente-se bem com a vida que tem, no entanto preocupa-se se adoecer e não tem ninguém, referindo como um dos aspectos mais negativos não ter com quem partilhar as coisas da vida.

Às vezes sente-se discriminada por estar só, pois sente por parte das pessoas algumas reacções que define como estranhas especialmente por parte de outras mulheres.

Define a solidão como o estar no meio de muita gente e não ter com quem conversar, e salienta que deve ser o que sentem as pessoas que se encontram nos lares e sem visitas. Pensa que as mulheres hoje preferem muito mais viver sozinhas do que antigamente, pois hoje já não carregam o estigma da solteirona como aconteceu com uma tia-avó que não casou.

Actualmente não tem uma relação sentimental porque não encontrou a pessoa ideal, ou que pensasse que era a ideal, afirma que está só por opção, “porque por enquanto ainda tenho a minha mãe que me faz companhia, converso com ela preocupo-me com o bem-estar dela, enfim é a minha companhia, mas já não me vejo a partilhar a minha vida com outra pessoa, agora vai ser assim até ao fim da vida”.

Entrevista 2

Isabel tem 60 anos, é divorciada, tem dois filhos, um com 26 e outro com 32 anos. Fez o antigo ciclo preparatório e posteriormente um curso de secretariado. Nasceu em Lisboa, mas veio para esta vila há 10 anos quando se divorciou pois foi onde encontrou casa com uma renda mais acessível depois da separação. Actualmente trabalha como empregada de escritório e vive acompanhada pelo filho mais novo, o outro já tem a sua casa e uma companheira. O seu rendimento mensal está entre €1000 e €1200.

Ocupa o tempo livre a ver televisão, de preferência programas musicais e notícias, em idas ao cinema e também gosta de ler, mas sempre que pode vai ver um filme porque é uma grande apreciadora de cinema. Além da actividade profissional tem um trabalho de voluntariado, pois gosta de ajudar os que precisam mais do que ela.

Com alguma frequência sai com amigas que estão sós e que a compreendem, embora a família também a convide muitas vezes para sair, como aconteceu esta semana que foi ao cinema com a irmã.

Na opinião desta entrevistada o aspecto mais positivo por estar só “é ter poder de decisão, não ter ninguém a impor o que devo fazer, uma enorme paz interior”.

Quanto aos aspectos mais negativos refere o não ter ninguém com quem partilhar o amor, quer seja físico ou mental, sonhos e sentimentos. Às vezes sente-se discriminada por estar só, e muitas vezes essa discriminação vem das outras mulheres.”Muitas têm falta de compreensão pois não entendem o que é estar só...é complicado”.

Há coisas que não faz por estar só como o sair à noite, além de não gostar muito da noite, mas se vivesse noutra lugar certamente que o faria “mas aqui não há nada que me atraia”.

Sente que há muita discriminação e salienta que “Numa sociedade maioritariamente feita pelo homem e onde o casal normal é regra, qualquer outro tipo de pessoas se sentem discriminadas –o leque de causas que conduzem ao isolamento é enorme. A minha opinião, ou antes o meu desejo seria que não existissem razões para as pessoas se sentirem postas de lado «velhos/novos/casados/ homossexuais / brancos/ pretos etc. etc. pudessem coabitar”.

Define a solidão como a ausência do outro, mas salienta que também se pode estar só vivendo acompanhada como lhe aconteceu muitas vezes. É uma mulher muito marcada pela separação, pois ficou sozinha com os dois filhos e muitos problemas por resolver. Pensa que as mulheres hoje preferem muito mais viver sozinhas do que há uns anos atrás “eu quando tinha 20 anos não me passava pela cabeça ficar sozinha, mas se fosse hoje nem pensava duas vezes, vivia a minha vida de outra maneira, teria feito outras opções como sair do país, eu gostava de ter sido guia intérprete, mas o meu pai não achava bem e eu fiz-lhe a vontade e tirei secretariado”

Entrevista 3

Fátima tem 53 anos, é solteira e não tem filhos. É licenciada e trabalha por conta de outrem, vive só e o seu rendimento mensal está entre os €1.000 e €1.200.

Nasceu no Algarve mas veio muito pequena morar para o Barreiro onde esteve até há cerca de 20 anos, altura em que mudou para esta vila que acha “muito simpática” e com “vida própria” e ainda onde as pessoas se conhecem e se cumprimentam, apesar de se meterem muito na vida uns dos outros.

Ocupa os tempos livres a ver televisão, cerca de 2h por dia, e a ler “adoro ler, se tenho um livro já não me sinto sozinha, ando sempre acompanhada por um, pois nos transportes também leio e assim não dou pelo tempo passar”.

Também sai com amigos/as, procurando os que estão sós como ela.

Refere como os aspectos mais positivos por estar só o poder dispor do tempo sem ter compromissos, e quanto aos negativos o não ter ninguém com quem partilhar as coisas boas e as más, as alegrias e as tristezas, apesar de hoje ainda ter os pais com quem fala e partilha as coisas da vida, especialmente com a mãe.

Há muitas coisas que não faz por estar só como por exemplo “ir a um bar, gosto muito de sair à noite e ir a um bar, mas isso não faço pois é um lugar onde não dá para ir sozinha, e também não gosto de sair com casais, não gosto mesmo...prefiro sair com pessoas que também estão sós como eu”.

Em relação à solidão a nossa entrevistada diz que não a sentiu ainda de forma negativa, às vezes sente-se só mas pensa que os que vivem acompanhados também se sentem sós, e de certa forma é bom.

Falou-nos também da discriminação e isolamento que as mulheres sós sentem “a nossa sociedade discrimina a mulher que está só, repare que é sempre penalizada se for viajar veja só o que paga a mais por ir só, os hotéis cobram uma taxa que as vezes é quase 50% a mais por ocupar um quarto sozinha (...) as mulheres isolam-se pois o que é que hão-de fazer, eu acho que esta sociedade nos conduz ao isolamento”.

Apesar de todos os problemas que a nossa entrevistada encontra para as mulheres que estão sós, pensa que hoje as mulheres preferem muito mais viver sozinhas do que antigamente, “pois agora temos o nosso trabalho a nossa independência apesar de ser pesado pagar tantas despesas só com um ordenado e pequeno, mas antigamente não tinham nada ou casavam, ou viviam de esmolas”.

Actualmente não tem uma relação sentimental porque não aconteceu, nunca deu certo e pensa que ninguém está só por opção.

Entrevista 4

Mariana tem 55 anos, é solteira e não tem filhos, possui como habilitações literárias o antigo Ciclo preparatório, o seu rendimento mensal está entre €600 e €800. É natural de Alhos Vedros, trabalha por conta de outrem e já teve várias profissões, estando até algum tempo a trabalhar fora do país.

Vive acompanhada pela mãe e ocupa o tempo livre com a televisão e idas ao cinema, também costuma sair com amigos normalmente as sextas e sábados. Considera a liberdade um dos aspectos mais positivos por estar só, não gosta de ter horários nem compromissos, já lhe chegam os do trabalho.

Preocupa-se com o facto do tempo passar e ficar sozinha na velhice, sentir-se abandonada, isso realmente assusta-a, no entanto ainda pensa em encontrar alguém que respeite o seu “espaço” e a sua “desorganização”.

Às vezes sente-se discriminada por estar só, normalmente não sai com casais por sentir uma certa hostilidade por parte das outras mulheres “são as próprias mulheres que discriminam as que estão sós, e também não vou a bares e não saio à noite sozinha, aqui também não há nada para fazer”.

Para a nossa entrevistada a solidão não tem nada a ver com o facto de se ter ou não um companheiro, “solidão é não ter ninguém em quem confiar e isso não me acontece, tenho muitos amigos com quem partilho a minha vida, sou dona do meu espaço, faço o que me apetece”.

Pensa que as mulheres hoje preferem muito mais viver sozinhas do que antigamente, “conseguimos a nossa independência, não foi fácil mas agora não quero outra vida, as minhas amigas estão como eu, sós e felizes, estou muito bem assim”.

Actualmente não tem uma relação sentimental porque ficou marcada por um relacionamento, embora já tenha ultrapassado não está interessada porque se sente bem assim.

Entrevista 5

Lucrécia tem 69 anos, é viúva, tem uma filha de 49 anos com quem vive.

É natural de Alhos Vedros, onde sempre morou, é reformada e o seu rendimento mensal está entre €400 e €600.

Ocupa o tempo livre a ver televisão, a ler e a fazer croché, sendo as novelas e as notícias os seus programas preferidos.

Costuma sair com amigas e tem um grupo com quem se costuma reunir no café, para conversar e distrair um pouco.

Quanto aos aspectos mais positivos por estar só, pensa que deve haver muitos para as mulheres jovens, “eu estou só porque perdi o meu marido e nunca mais quis ter outro companheiro, já estou velha para aturar homens. Eu não senti necessidade de arranjar companhia tinha a minha filha e acabei de a criar sozinha”.

Para esta entrevistada a falta de companhia é o aspecto mais negativo por estar só, “se não fosse a minha filha estava sozinha e isso deve ser muito complicado, porque tenho amigas que vivem sozinhas e queixam-se muito da solidão”.

Não se sente discriminada por estar só, mas há coisas que não faz.

Em relação a solidão pensa que há pessoas que a sentem mesmo estando acompanhadas, pelo que acha que a solidão está com as próprias pessoas e não por estar viúva. “Eu acho que a solidão é muito triste e a solidão que se vive hoje não se pode comparar com a que era sentida pelas mulheres viúvas de antigamente”.

Pensa que as mulheres hoje preferem muito mais viver sozinhas do que antigamente, pois têm independência e não precisam de ter um companheiro para serem felizes.

Actualmente não tem uma relação sentimental e já não pensa nisso, pois apesar de ser viúva sofreu muito enquanto foi casada o que a marcou profundamente.

Entrevista 6

Inácia tem 81 anos, é viúva e tem dois filhos, com as idades de 41 e 53 anos. Tem a 4ª classe, é natural de Alhos Vedros onde sempre morou e está reformada, foi costureira e dona de casa. O rendimento mensal é inferior a €400. Vive no lar mas considera-se sozinha porque é assim que se sente, pois os filhos já estão casados. Ocupa o tempo a pensar diz que está 12h sentada e 12 h deitada, não fala com ninguém e isola-se muito, “falar com quem? Não está a ver isto? Não devia de haver esta mistura toda, pessoas que estão bem da cabeça com as outras, assim não se pode conviver”.

Esta senhora passa muito tempo no jardim quando o tempo o permite e ali fica entregue aos seus pensamentos e recordações. Está no lar há cerca de um ano, esteve seis meses noutra e não gostou.

Raramente sai porque a família não a vai buscar, a última vez que saiu com os filhos foi no Natal passado, mas já está a pensar que este ano mesmo que a convidem não vai. Nota-se que está magoada com a atitude dos filhos que lhe dedicam pouco tempo, “para aqui estou abandonada os meus filhos têm a vida deles”. São muitos os aspectos que considera negativos por estar só, entre eles está o abandono que sente por parte dos filhos. Define a solidão como “olhe é estar aqui, isto é solidão, estou mais só do que quando estava em minha casa sozinha, sempre pensei que um dia vinha para um lar, mas mais tarde, não agora...mas eles decidiram e olhe aqui estou, eu não fui obrigada, ainda podia estar na minha casa ...mas teve tanta pressa a tratar das coisas que foi tudo tão o rápido, sim porque para isso a minha nora andou logo a tratar, tinha medo que eu fosse lá para casa, mas está muito enganada eu nunca iria para casa dos meus filhos não quero dar trabalho”.

Depreende-se pelas palavras desta senhora que foram os filhos que trataram de tudo para a sua entrada no lar e apesar de referir que não foi obrigada, também não tiveram em conta a vontade dela, decidiram e ela obedeceu.

A grande preocupação desta nossa entrevistada é a sua casa que foi vendida há pouco tempo e não sabe o que fazer com as coisas que lá tinha e das quais não se quer desfazer.

“Há dias em que penso que seria melhor aturar as minhas noras, ouvir uma má resposta delas e não estar a aturar isto é tudo tão diferente do que imaginei, olhe não estou bem...na minha casa estava muito melhor”.

Sente-se muito só mas pensa que as mulheres hoje preferem muito mais viver sozinhas do que antigamente.

Entrevista 7

Engrácia tem 83 anos, é viúva e tem uma filha com 58 anos e um filho com 65. Possui como habilitações literárias a 4ª classe, e é natural de Évora onde sempre morou, está reformada e o rendimento mensal é inferior a €400.

Veio para o lar há cerca de cinco meses, e não gosta de aqui estar pois tem muitas saudades da sua casa, das vizinhas e da vida que deixou em Évora.

Conta-nos que veio enganada, disseram-lhe que ia ao médico e afinal não era verdade, todos os dias sonha com o regresso à sua casa.

Não tem qualquer actividade para ocupar o tempo livre, “estou aqui sentada e não faço nada”.

A família costuma vir buscá-la para passear, “o meu genro às vezes vem buscar-me para ir almoçar fora, depois vem cá pôr-me e pronto para aqui fico, a última vez foi talvez há uns dois meses, amanhã é sábado mas não deve vir cá ninguém, eles querem lá saber...quando tinha dinheiro era diferente, agora está bem...a minha nora tanto que lhe fiz, mais vale nem falar e a minha filha pensa que nunca vai ser velha”.

Na opinião desta entrevistada não há nada de positivo por estar só, pensa que isso é para quem é jovem, mas já se sente velha para estar sozinha, mas quanto aos aspectos negativos acha que há muitos, “ai são tantos, todos os dias peço a morte, o que é que eu estou aqui a fazer...não conheço ninguém, na minha casa é que estava bem tinha as minhas amigas.”

Sente-se discriminada por estar só, e define a solidão como uma grande tristeza e não ter ninguém. “Ai eu quero é ir-me embora, se eu tivesse alguém, os meus pais, os meus irmãos, eu não estava aqui assim não tenho ninguém que se importe comigo. Nunca pensei chegar a isto, se não me tiram daqui morro. Que tristeza”.

Além do pouco relacionamento com a família a D. Engrácia também não se entende com a companheira de quarto, e a situação piora dia após dia e relata que deu uma queda no quarto, originada pela companheira. “Ela é muito má, eu não aguento isto, veja só que molhou o chão par eu cair, e como não vejo escorreguei e estou cheia de nódoas negras, tenho de ver se resolvem este problema”.

Entrevista 8

Emília tem 78 anos, é viúva e tem duas filhas, uma com 53 anos e outra com 49. Estudou até ao antigo ciclo preparatório, é natural de Alhos Vedros e está reformada. Foi empregada de escritório na Cuf do Barreiro e o seu rendimento mensal está entre €600 e €800.

Durante muitos anos viveu no Barreiro mas depois da morte do marido veio para o lar onde está há cerca de quatro anos.

Não tem qualquer actividade para ocupar o tempo livre, passa os dias sentada a conversar e nada mais, pois devido a um problema nos olhos não pode ver televisão nem ler.

As filhas costumam visitá-la e levam-na a passear e a lanchar ao fim de semana e se não podem vir telefonam.

Não encontra nada de positivo em estar só, “ Quem me dera que o meu marido fosse vivo, as mulheres mais novas é que agora estão a gostar mais de viver sozinhas, mas não é o meu caso”.

Quanto aos aspectos negativos por estar só, considera que há muitos, “no meu caso não podia viver sozinha, já tive duas trombozes, esqueço-me das coisas e as minhas filhas não podem tomar conta de mim. No princípio custou-me muito mas agora já me vou habituando, o que é que hei-de fazer”.

Não se sente discriminada por estar só, e pensa que as mulheres hoje preferem mais viver sozinhas do que antigamente porque querem ser livres e não ter obrigações.

A nossa entrevistada tenta desculpar as filhas por não a acompanharem mais, mas nota-se uma certa mágoa porque gostava mais de estar em casa e relembra que o marido lhe dizia “olha Emília tu nunca saias da nossa casa” e é com tristeza que nos diz que teve de ser, não teve alternativa nem hipótese de escolher.

“Eu vim parar aqui nem sei bem explicar, foram as minhas filhas que trataram de tudo nem me deram tempo para pensar e quando soube já aqui estava, parece um sonho e quando despertei já estava tudo resolvido, elas não queriam que eu estivesse sozinha e para pagar a alguém é muito caro. Tenho de me conformar, mas dizer que gosto disso não digo porque não gosto”.

As filhas agora pensam vender a casa o que está a preocupá-la muito embora diga que o dinheiro é para elas porque não vai querer nada, tem a reforma que vai dando e algum dinheiro que o marido lhe deixou.

Entrevista 9

Ilda tem 76 anos, é viúva e não tem filhos. É natural do Barreiro e estudou até ao antigo Ciclo Preparatório, foi funcionária pública e encontra-se reformada, o seu rendimento mensal está entre €400 e €600.

Ocupa o tempo a ler e a ver televisão preferindo as notícias e algumas novelas, à noite vai cedo para o quarto e como não tem nada para fazer vê televisão o que acontece também aos fins-de-semana e durante a tarde. “Devia de haver ocupação para as pessoas que ainda estão bem mentalmente, podia-se fazer alguma coisa, mas não para aqui andamos e para falar só duas ou três pessoas é que conseguem manter uma conversa acertada, porque as outras é uma tristeza”

A nossa entrevistada reside no lar há cerca de 11 anos, altura em que o marido adoeceu com Alzheimer e como não tinha condições para tratar dele, recorreu a esta instituição para onde foi viver com ele, depois de muito sofrimento o marido morreu e ela continuou sempre na esperança de um dia voltar para casa, o que não se veio a concretizar pelas condições em que se encontra. “O grande problema são as minhas pernas, fui operada ao joelho mas isto correu mal, estive em coma, foi um milagre eu ter sobrevivido, olhe não sei para quê mais valia ter morrido o que é que ando aqui a fazer...”

Actualmente a D. Emília apoia-se em duas canadianas para se descolar e mesmo assim fá-lo com muita dificuldade, e foi esta a razão que a levou a não regressar a casa e diz – nos com alguma mágoa que já não regressará mais à sua casa, “já a entreguei ao senhorio porque não aguento tanta despesa, não posso lá estar sozinha e ainda por cima é um 2º andar, como é que eu consigo lá estar nestas condições”

Define a solidão como não ter ninguém com quem conversar as coisas mais íntimas da vida, “pois apesar de estar acompanhada sinto-me muito só e triste, não tenho ninguém. Isto é solidão, tristeza, isolamento...”

Refere que a tratam bem assim como ela também trata todos com educação, o comer é que nunca se habituou, “sabe não é mau, mas não é fácil cozinhar para tanta gente...ai é tudo tão diferente da nossa casa”

Entrevista 10

Felisbela tem 87 anos é viúva e tem dois filhos com 51 e 58 anos. É natural do Algarve mas veio ainda em jovem para esta vila onde sempre tem vivido, sabe ler e escrever (até já fez um livro de poemas). Sempre foi dona de casa porque o marido não queria que trabalhasse fora, está reformada e tem um rendimento entre €400 e €600.

Actualmente vive no lar mas já está a pensar em voltar para casa porque tem muita dificuldade em adaptar-se, há cerca de dois anos a D. Felisbela residiu no lar mas voltou novamente para casa porque tinha a ideia que conseguia viver sozinha, com algum apoio da família o que não se verificou.

Ocupa o tempo a escrever e a ler, mas já começa a sentir algumas dificuldades, não vê muita televisão, só aos fins-de-semana “é que me entretenho a ver um bocadinho”

Costuma sair com o neto, é o que mais vezes a leva a passear “tenho dois filhos e estou só, enquanto tive dinheiro era tudo diferente, tenho testemunhas que sabem o dinheiro que o meu marido me deixou, tiraram-me tudo até as casas do Algarve passaram para o nome deles, agora exigi que me dessem o dinheiro do arrendamento no verão. Até já tenho duvidas se a casa daqui ainda é minha, tenho de ir saber disto”.

Refere como os aspectos mais positivos por estar só uma grande liberdade, um grande sossego e não ter de dar contas a ninguém, “agora as jovens já não querem casar e fazem muito bem. Quanto aos aspectos negativos no entender da nossa entrevistada é:”não ter ninguém com quem conversar, não ter o carinho de ninguém”.

Pensa que a solidão é estar com muita gente e estar só “porque solidão não é só a ausência de pessoas é muito mais do que isso, tenho dois filhos e estou só. Aqui há muita gente e estou só muito só mesmo”.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao iniciarmos a análise dos resultados deste trabalho, começamos por caracterizar a amostra que é constituída por 10 mulheres residentes na Vila de Alhos Vedros, com idade superior ou igual a 50 anos e que não habitem com um companheiro.

Quadro 1 – Distribuição da amostra por faixa etária

Grupo Etário	Frequência Absoluta
50 - 55	2
55 - 60	2
60 - 65	
+ 65	6
Total	10

No referente às idades, podemos verificar que 20% estão entre os 50 e 55 anos, 20% entre os 55 e 60 anos, sendo que 60% das entrevistadas têm mais de 65 anos. De acordo com Maria Paula Nunes (2005), “A proporção de pessoas com 75 e mais anos aumentou de 2.7% para 6.7% do total da população entre 1960 e 2000, e a população com 85 e mais anos aumentou de 0.4% para 1.5% no mesmo período” (p.64).

Quadro 2 – Distribuição da amostra por estado civil

Estado Civil	Frequência Absoluta
Solteira	3
Casada	
Viúva	6
Divorciada	1
Separada de facto	
Total	10

No respeitante ao estado civil, a maioria das mulheres são viúvas (60%), 30% solteiras, e 10% divorciadas. Como refere Rosário Mauritti (2004) “A situação de viuvez (..) do ponto de vista do género, é vivida com maior frequência pela mulher, em virtude da maior longevidade feminina” (p.344).

Quadro 3 – Distribuição da amostra por número de filhos

Número de Filhos	Frequência Absoluta
0	4
1	1
2	5
3	
4	
5	
Total	10

Quanto ao número de filhos, o quadro mostra-nos que 40% das mulheres não têm filhos, 50% têm 2 filhos, e 10% apenas 1 filho. Segundo Ana Nunes de Almeida (2002) “ Nas últimas décadas, a fecundidade em Portugal decresceu muito rapidamente: do valor médio de 3,1 filhos por mulher em idade fértil registado em 1960 passou-se para 1,5 em 1999” (p. 372).

Quadro 4 – Distribuição da amostra por habilitações literárias

Habilitações Literárias	Frequência Absoluta
Sabe ler e escrever	1
4ª classe	3
Ciclo Preparatório	4
Licenciatura	2
Mestrado	
Doutoramento	
Total	10

No respeitante às habilitações literárias, verificamos que 30% possui a 4ª classe, 40% o ciclo preparatório, e 20% uma licenciatura, e apenas uma não tem qualquer grau de escolaridade mas sabe ler e escrever. O quadro mostra-nos que o ensino superior tem uma expressão muito reduzida. De salientar que é nas mulheres mais idosas que encontramos a escolaridade mais baixa. Recorde-se que em 2001 existia uma percentagem de 37% de mulheres com apenas o 1º ciclo, e a percentagem de analfabetismo era de 11,5% para as mulheres e de 6,3% para os homens. (INE, Censos 2001).

De acordo com Rosário Mauritti (2005), “Na sociedade portuguesa o nível de qualificações adquiridas constitui um vector muito marcado por dinâmicas geracionais e de género (...) entre as pessoas idosas as mulheres representam o maior segmento de não escolarizados”. (p. 346).

Também Maria Paula Nunes, (2005), refere que conforme se avança para os escalões etários mais altos, verifica-se o aumento da percentagem de mulheres sem instrução, “em 1999, 66,4% do total de mulheres sem nenhum grau de instrução tinha mais de 54 anos” (p.19).

Quadro 5 – Distribuição da amostra segundo a naturalidade

Naturalidade	Frequência absoluta
Alhos Vedros	6
Outra Localidade	4
Total	10

Neste quadro podemos verificar que a maioria das entrevistadas são naturais desta vila (60%), e 40% nasceu noutra local.

Quadro 6 – Distribuição da amostra por situação profissional

Condição perante o trabalho	Frequência Absoluta
Trabalhadora por conta de outrem	4
Trabalhadora por conta própria	
Reformada	6
Desempregada	
Total	10

A amostra revela que 60% das mulheres estão reformadas, seguindo-se 40% a trabalharem por conta de outrem, realçando o peso da inactividade a partir dos 55 anos. Rosário Mauritti (2004), refere que "À medida que se avança na estrutura de idades, a situação de inactividade acentua-se, desta feita, associada claramente ao crescimento da categoria de reformados". (p.344).

Quadro 7 – Distribuição da amostra segundo outra profissão anteriormente

Outra profissão anteriormente	Frequência absoluta
Sim	7
Não	3
Total	10

Como se verifica pelo quadro apresentado, 70% das mulheres que fizeram parte do estudo, tiveram outra profissão anteriormente, nas quais se inserem as reformadas, e as restantes 30% responderam que não tiveram outra profissão. Como as mulheres mais idosas representam o segmento com menos escolarização, pode-se deduzir que tiveram uma situação de inactividade fora do mercado de trabalho assalariado por períodos prolongados nas suas vidas, cuidando dos filhos, casa e familiares dependentes. O cuidar fez e continua a fazer parte do curso de vida das mulheres independentemente de estarem ou não inseridas no mercado de trabalho.

Como refere Heloisa Perista no estudo “Género e Trabalho não pago: os tempos das mulheres, os tempos dos homens” (2002), “As tarefas domésticas constituem um domínio largamente feminizado: são as mulheres quem assegura de forma regular – *sempre ou com frequência* – a preparação das refeições (incluindo pôr a mesa e lavar a louça), a limpeza regular da casa (limpar o pó, aspirar, etc.) e o cuidado e tratamento da roupa (lavar, passara ferro, arrumar, etc.). “ (p.453)

Quadro 8 - Distribuição da amostra segundo o rendimento mensal

Rendimento Mensal	Frequência Absoluta
200 – 400	2
400 – 600	3
600 – 800	2
800 – 1000	
1000 – 1200	2
1200 – 1400	
+ 1400	1
Total	

Através do quadro verificamos que 20% das entrevistadas têm um rendimento mensal entre €200,00 e €400,00, seguindo-se 30% com o rendimento entre €400,00 e €600,00 e 20% situa-se entre os €600,00 e 800,00, 20% está entre €1000,00 e €1200,00, e apenas 10% com um rendimento superior a €1400,00. De salientar que as entrevistadas que auferem as quantias mais baixas são as mais idosas.

“Do ponto de vista da estrutura das qualificações, nas gerações mais idosas, os recursos muito baixos que caracterizam a generalidade da população portuguesa são ainda acentuados”. (Mauritti, 2004, p.346).

Quadro 9 – Distribuição da amostra segundo o agregado familiar

Agregado Familiar	Frequência Absoluta
Vive só	6
Vive acompanhada	4
Total	10

Verificamos que 60 % das entrevistadas vivem sós, e 30% vive acompanhada por familiares. Nas mulheres que vivem sós também estão incluídas as residentes no lar, por as mesmas considerarem que estão sós e sem a família. “São os indivíduos com idades acima dos 65 anos quem mais peso tem (51%) no conjunto das unidades domésticas de um só residente (...) verifica-se que o contingente de idosos sós é esmagadoramente constituído por mulheres, idosas sós estas que representam 39,5% do total das pessoas sós e 26,5% do total as mulheres destas idades”. (Guerreiro, 2003, pg.43).

Quadro 10 – Distribuição da amostra segundo o local de residência anterior.

Morou noutra local	Frequência Absoluta
Sim	7
Não	3
Total	10

70% das entrevistadas residiu noutra local, e 30% sempre residiu na vila de Alhos Vedros.

Quadro 11 – Distribuição da amostra por ocupação dos tempos livres

Ocupação do tempo livre	Frequência Absoluta
Televisão	4
Cinema	2
Leitura	1
Desporto	
Outra Actividade	3
Total	10

Através do quadro podemos verificar que 40% das mulheres ocupa os tempos livres vendo televisão, 20% indo ao cinema e 10% com a leitura. As 30% que responderam outra actividade, acabaram por referir que nada fazem para ocupar o tempo, não têm qualquer ocupação. De salientar que esta percentagem é referente às mais idosas e residentes no lar.

A baixa capacidade de ocupação em actividades de lazer, destas mulheres poderá estar relacionado com a baixa instrução ou por falta de experiências anteriores na ocupação dos tempos livres.

Embora se tenha verificado um aumento considerável nas taxas de escolarização e por conseguinte uma baixa no analfabetismo, ainda existe algumas dificuldades referentes aos hábitos de leitura, tal como refere Nunes (2005), “De facto o saber ler e escrever por si só não significa que o individuo consiga satisfazer determinadas exigências sociais e/ou profissionais com as quais se confronta no seu dia a dia”. (p.19)

Quadro 12 - Distribuição da amostra segundo o tempo dedicado aos programas da televisão.

Programas da televisão	Horas diárias	Fim de semana	Frequência Absoluta
Informação/Noticias	1	2	5
Entretimento/Novelas	2	3	2
Não vê televisão			3
Total			10

De acordo com o quadro apresentado verificamos que a maioria das mulheres, (50%) dedica pouco tempo aos programas da televisão, sendo de 1 hora diária e 2h ao fim de semana, e apenas aos programas de informação como o Telejornal. Os programas de entretenimento e as novelas são os preferidos por 20% da amostra aos quais dedicam 2h diárias e 3h aos fins-de-semana.

As restantes 30% não vê televisão e responderam que não têm qualquer tipo de ocupação, o que pode levar estas mulheres a sofrerem de um nível mais elevado de solidão, por não terem interesses específicos.

Quadro 13 – Distribuição da amostra segundo as saídas com amigos/as

Saídas com amigos/as	Frequência Absoluta
Sim	8
Não	2
Total	10

Através do quadro verifica-se que 80% da nossa amostra respondeu sim, costuma sair com amigos/as, e também algumas vezes com familiares, e 20% respondeu não. Apenas duas mulheres nunca saem, tratando-se estes casos de residentes no lar, uma com dificuldades de locomoção e sem família e a outra que apesar de ter família nunca a vão buscar.

Para Cármen Alborch, (2000), a amizade é muito importante para as mulheres que estão sós, constituindo uma importante fonte de apoio emocional. “As amigas chegam a constituir uma espécie de família alargada e escolhida, uma comunidade de pessoas que se ocupam umas das outras, que partilham êxitos e desventuras, esfumando-se assim o sentimento de vulnerabilidade que por vezes acompanha a pessoa que vive só”. (p.135).

Quadro 14 – Distribuição da amostra segundo o tempo que dista da última saída.

Última saída	Frequência Absoluta
1 semana	6
2 semanas	1
Sem Resposta	3
Total	10

No respeitante ao tempo que dista da última saída, podemos verificar que 60% da nossa amostra respondeu há uma semana, 10% duas semanas e sem resposta 30%, onde se incluem as duas que nunca saem.

Passamos agora a categorizar as respostas mais significativas que nos foram dadas pelas entrevistadas, quando lhes foram formuladas as questões abertas e semi abertas.

“A liberdade que tenho, sim isso é o mais positivo não gosto de ter horários já me chega os do trabalho” (E4)

“Uma grande liberdade e não ter de dar contas a ninguém (...) apesar de eu ter tido um bom marido” (E10)

Verificamos pelas respostas obtidas que estas mulheres valorizam a sua autonomia e sentem-se independentes.

Segundo Alborch (2000) “A entrada crescente das mulheres na esfera pública através do emprego deu-lhes a oportunidade de se esforçarem por adquirir maior individualidade e autonomia” (p.120).

À medida que as mulheres foram integrando o mercado de trabalho, e começaram a ter mais possibilidades no acesso à educação, criaram os seus estilos de vida com mais independência e maior autonomia. Este foi um processo lento e difícil para o qual muito contribuíram os movimentos feministas que surgiram na primeira metade do século XIX em Inglaterra e nos Estados Unidos. O poder paternal estava associado à autoridade do marido, perante a sociedade era o responsável pelas acções dos membros da família (mulher e filhos). Nas palavras de Giddens (2005), “A desigualdade entre homens e mulheres era um factor intrínseco da família tradicional (...) na Europa, as mulheres eram propriedade dos maridos ou dos pais – os seus bens, segundo a definição legal (p.59)

Em Portugal os movimentos feministas surgiram no início do século XX, lutando contra a situação de subalternidade das mulheres e reclamando por uma igualdade política sexual e económica entre os sexos.

Em 1909 foi criada a liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a primeira organização fundada e dirigida por Ana de Castro Osório, que se destacou nos vários movimentos de mulheres da época.

Com a implantação da República em 1910 e a Constituição de 1911 foi criada legislação que alterou a constituição jurídica da mulher portuguesa, tendo sido publicadas leis e decretos que consagravam à mulher direitos iguais aos dos homens, no entanto as leis eleitorais continuavam a negar à mulher o direito de voto.

Em 1911 foi aprovada uma lei que omitia o sexo, o que levou Carolina Beatriz Ângelo a votar, consagrando-se na primeira mulher portuguesa a exercer esse direito.

As mudanças ocorridas durante o século XX nos direitos das mulheres, deram-lhes a possibilidade de acederem à educação e, por conseguinte, de desempenharem qualquer trabalho ou profissão. Também conquistaram o direito de voto e como tal a legitimação para poderem ascender ao poder político. Este direito só foi conseguido em 1968 altura em que foi promulgada uma lei que estabelecia o direito de voto “(...) em igualdade de circunstâncias para homens e mulheres.” (Gorjão, 1994, pg.61).

6.1.2 Uma maior tranquilidade

Algumas das entrevistadas afirmaram sentir uma grande tranquilidade como um dos aspectos mais positivos por estarem sós, o que nos demonstra que nem sempre a solidão é negativa. “Escolhida como opção de vida, ela não se identifica obrigatoriamente com sofrimento, abandono, vazio. Quando reflecte uma condição de isolamento voluntário, a solidão pode ser essencial para o desenvolvimento da personalidade e da criatividade” (Pais, 2006, p.353)

“Uma enorme paz interior” (E2).

“Uma grande liberdade e não ter de dar contas a ninguém, agora as jovens já não querem casar e olhe fazem muito bem, apesar de eu ter tido um bom marido, sinto um grande sossego” (E10)

Saber estar só, é uma forma de se aprender a viver com o nosso “eu”, ajuda ao entendimento com os outros e também se valoriza mais a qualidade da comunicação.

Quadro nº 16 – Aspectos negativos por estar só

6.2 A falta de afecto é vivenciada com sofrimento

Aspectos negativos

FRASES SIGNIFICATIVAS	TEMAS	CATEGORIAS
“Não ter com quem partilhar as coisas da vida” (E1) “Não ter com quem partilhar amor, sonhos e sentimentos”. (E2) “Não ter com quem conversar, especialmente à noite” (E10) “São muitos, todos são negativos não há nada de positivo” (E6) “Já estou velha para estar sozinha” (E7) “Adoecer e não ter ninguém” (E1) “O tempo passar e ficar sozinha e abandonada na velhice” (E4). “Para aqui estou abandonada, os meus filhos têm a vida deles” (E6)	Ausência de afecto A dor do Abandono	A FALTA DE AFECTO É VIVENCIADO COM SOFRIMENTO

6.2.1 A dor do abandono

Em relação aos aspectos mais negativos foi referido pela maioria das entrevistadas uma ausência de afecto e ainda por parte das mais idosas, um sentimento de abandono, e recordam com muita saudade o tempo em que tinham os companheiros e uma família para cuidar, pois os papéis de esposa e mãe predominaram na trajectória de vida das mulheres mais idosas.

Nesta fase da vida é-lhes difícil aprenderem a viver sozinhas. “ O sentimento de abandono leva-os a não suportarem a vida nem as ameaças que pendem sobre ela”. (Pais, 2006, p.147).

Na família tradicional os idosos tinham o seu espaço junto dos filhos, e ajudavam-se mutuamente, as famílias cuidavam dos seus idosos, mas hoje em dia prevalece o modelo social da família nuclear (pais e filhos), este fenómeno leva a que haja um aumento do número de idosos a viverem sós nas suas casas ou a habitarem em instituições.

Como refere Debert (1999), “Mudanças estruturais nas sociedades modernas alteraram a situação dos velhos: a urbanização, a família nuclear e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, com a conseqüente impossibilidade de dedicação efectiva aos velhos por parte delas” (p.103)

Na família actual cada vez mais os filhos adultos deixam de cuidar dos pais, o afastamento dos idosos da família tornou-se comum e muitas vezes havendo perda de contacto entre eles, o que leva os idosos a sentirem-se abandonados.

“Eu sempre tomei conta dos meus pais, agora os meus filhos não querem saber de mim, o meu genro ainda aparece mas a minha filha pensa que nunca vai chegar a velha. O meu filho esse não pode não é por ele... mas é a mulher dele que não gosta de mim... ai tanto que eu lhe fiz, mas agora já não tenho dinheiro, pronto já não interessa”. (E7)

No lar de idosos o sentimento mais presente é o abandono, pois num passado não muito distante estas mulheres participavam numa família, agora sentem-se abandonadas pelos filhos e restantes familiares o que lhes causa uma grande dor. É notória a tensão existente entre algumas idosas e os familiares, o que se traduz num sentimento de insegurança e abandono.

Nesta fase da vida são os familiares que assumem a administração dos bens, que podem ser muitos ou simplesmente a “pensão” e tomando as decisões por eles o que lhes cria uma dependência cada vez maior.

Como consequência, os idosos vão perdendo a autonomia e não controlam nem mesmo o seu próprio dinheiro, passando a ter de justificar todos os gastos o que nem sempre é bem aceite e origina alguns conflitos com a família.

Como nos diz uma das entrevistadas.

“Para aqui estou abandonada os meus filhos têm a vida deles e não querem saber (...) o meu filho tem dois cães, um que lhe ofereceram e outro abandonado, são tratados como se fossem da família, mas eu ainda lhe vou dizer: tens mais cuidados com o cão que encontraste abandonado, do que comigo, pode crer que lhe vou dizer. Agora também venderam a minha casa, tanta coisa que nem sei onde as vou pôr, as recordações são tantas que esta noite nem sei se vou dormir” (E6)

Para o idoso a casa adquire um significado especial, uma vez que há grandes laços afectivos, pois foram-se apegando ao seu cantinho de uma forma muito especial. O recheio da casa constitui um depósito de grande valor sentimental, o que contribui para recordar pessoas e épocas que fizeram parte da sua vida.

“É uma vida muito triste, não tenho ninguém, para aqui estou, na minha casa é que estava bem. Tinha as minhas amigas, mas aqui não conheço ninguém” (E9)

“Sempre pensei que um dia viria para um lar, mas mais tarde, não agora (...) foi melhor vender a casa mas tenho muita pena, nem quero pensar. O meu marido morreu há seis anos, eu ainda lá fiquei alguns anos sozinho, mas estava melhor do que estou aqui, tinha as minhas vizinhas até estava mais acompanhada, mas eles decidiram assim” (E6).

Segundo Guita Debert:

“Pesquisar a velhice em asilos é frequentemente uma tentativa de aproximação de uma experiência que compreende, pelo menos, duas facetas distintas. Uma delas, bastante negativa, mostra o asilo como a congregação dramática da solidão e do desprezo a que os velhos são relegados na nossa sociedade (...) a outra face, positiva, reflecte as sempre apregoadas vantagens do envelhecimento: a experiência acumulada, a sabedoria, o desprendimento, a libertação das angústias e da pressa dos mais jovens, aspectos que dariam carácter especial e exclusivo à vivência das pessoas de mais idade.” (1999, pp.99 /100).

A entrada para o lar como residentes significa nalguns casos a ruptura de laços que mantinham com as vizinhas, amigas e familiares, e vão tentando integrar-se numa vida que até aqui lhes era desconhecida, o que nem sempre é fácil. Este distanciamento criado com as antigas redes de sociabilidade, origina uma desvinculação social conduzindo-as a uma auto exclusão.

.

6.2.2 Ausência de afecto

Ao analisarmos as entrevistas verificamos que foi mencionado por grande parte das participantes neste estudo a ausência de afecto como um dos aspectos negativos por estar só. Como refere Machado Pais, 2006. “Porque razão a carência de afectos nos afecta? Porque a afectividade se instituiu socialmente, e a sua falta se transformou num problema social de natureza neurótica, existencial ou amorosa – o que frequentemente dá o mesmo. A falta de afectos afecta porque, provavelmente, a afectividade vive, ela própria, numa encruzilhada de irrupções descontroladas de sentimentos subjectivos e, paralelamente, de forças sociais que tendem a sujeitá-la a uma disciplina normalizadora” (p.183)

“Há aspectos negativos que quanto a mim o pior é não ter ninguém com quem partilhar amor, quer seja física ou mentalmente, sonhos e sentimentos”(E2)

“Quanto aos negativos...são muitos, é não ter ninguém com quem partilhar as coisas boas e as coisas más, ou seja as alegrias e as tristezas” (E3)

“Não ter ninguém com quem conversar, especialmente à noite, não ter o carinho de ninguém” (E10).

O afecto faz parte do quotidiano de todas as mulheres, tanto mais que o amor sempre foi considerado uma peça chave da personalidade feminina, e de acordo com Alborch (2000), “As mulheres têm sido socializadas numa cultura em que os sentimentos ocupam lugar preponderante”(p.22)

Nota-se nas mulheres idosas que entrevistamos uma carência de afectos e como que uma vergonha ao falarem da ausência da família e no pouco tempo que esta lhes dedica, gostariam que o contacto fosse mais assíduo. Apesar do internamento ter sido decidido pelos familiares e muitas vezes de uma forma prepotente, todas salientaram que não queriam ser “pesadas” para os filhos, e tentaram sempre justificar o internamento alegando que hoje os filhos não têm possibilidades de tomar conta dos pais, assim como desculpá-los pela ausência de visitas.

“Não quero ser pesada para os meus filhos, para a casa deles não queria ir, nem pensar, têm a vida deles” (E6)

“Não têm tempo, as minhas filhas trabalham, bem só uma é que trabalha a outra está reformada, mas tem problemas na cabeça (doença nervosa) não pode tomar conta de mim. Quando não podem vir telefonam, estão sempre preocupadas” (E8)

“As visitas pessoais são substituídas por contactos telefónicos e, desse modo, a intimidade familiar passa a ser sustentada artificialmente” (Pais, 2006, p.165). No lar os dias são passados na sala e sem qualquer ocupação, quando o tempo está bom podem ir para o jardim apanhar um pouco de sol, sendo que algumas idosas isolam-se e não falam com ninguém, estão entregues aos seus pensamentos, recordações e preocupações. Sem objectivos de vida, e sem nada por fazer sentem-se irremediavelmente sós.

“Aqui estou não tenho com quem falar” (E 6).

Como refere Machado Pais (2006) sobre este assunto “Exilados da vida, estão juntos mas sós nesses asilos de solidão. Sem mais companhia do que a do tempo que passa, cada vez mais difícil de suportar. A verdadeira companhia é o silêncio” (p. 179/180).

A esperança de vida feminina conduz a que as mulheres idosas dependam mais de instituições, uma vez que não têm ninguém para cuidar delas no dia a dia, embora elas tenham cuidado dos filhos, pais e parentes, pois o cuidar fez e continua a fazer parte do curso de vida das mulheres. As mulheres agora estão na vida activa e não têm capacidade para cuidar dos seus idosos. Maria das Dores Guerreiro (2003), refere que “a integração de pessoas idosas nos agregados domésticos dos filhos adultos ou de outros parentes parece estar a ocorrer cada vez menos (...) sintoma de que tanto os próprios idosos como os seus familiares perspectivam de outro modo a sua privacidade e autonomia pessoal ” (p.45)

Quadro nº 17 – A discriminação

6.3 A discriminação causada pela vivência solitária

FRASES SIGNIFICATIVAS	TEMAS	CATEGORIAS
<p>“Às vezes sinto (...) parece que nos olham com desconfiança” (E1)</p> <p>“numa sociedade maioritariamente feita para o homem e pelo homem e onde o casal normal é regra qualquer outro tipo de pessoas se sentem discriminadas” (E2)</p> <p>“A nossa sociedade discrimina a mulher que está só” (E3)</p> <p>“Não saio com casais pois sinto uma certa hostilidade por parte das mulheres. São as próprias mulheres que discriminam as que estão sós” (E4)</p> <p>“Não, mas há coisas que não faço por estar só” (E 5)</p>	<p>Olhar acusador</p> <p>Discriminação</p>	<p>A DISCRIMINAÇÃO CAUSADA PELA VIVÊNCIA SOLITÁRIA</p>

6.3.1 Olhar acusador

De acordo com as entrevistas efectuadas, verifica-se que a maioria das mulheres se sentem discriminadas em certas situações por estarem sós, e por vezes sentem como que um olhar acusador. De salientar que foi referido pelas entrevistadas que a discriminação normalmente parte de outras mulheres.

“Numa sociedade maioritariamente feita para o homem e pelo homem e onde o casal normal é regra qualquer outro tipo de pessoas se sentem discriminadas. O meu desejo seria que não existissem razões para as pessoas se sentirem postas de lado” (E2)

“A nossa sociedade discrimina a mulher que está só, e repare que é sempre penalizada, se for viajar olhe só o que paga a mais por ir só, os hotéis às vezes cobram uma taxa de 50% por ocupar um quarto sozinha (...) então assim as pessoas sós neste caso as mulheres isolam-se pois o que é que não-de fazer, eu acho que esta sociedade nos discrimina” (E3)

“Sinto-me muito discriminada, especialmente depois da morte do meu marido, quando fiquei só” (E6)

“As pessoas têm reacções por vezes estranhas, até mesmo certas mulheres, parece que nos olham com desconfiança, isto é o que eu sinto” (E1)

A discriminação sentida por estas mulheres, parece-nos estar associada à discriminação referida por Jean-Claude Kaufmann (2000), O «dedo acusador» que: “aponta com mais força em certos locais e em certos momentos. Nos sítios onde, de uma maneira ou de outra, o modelo secreto da vida privada oferece o seu espectáculo e se impõe a todos” (p.38)

Também Alborch (2000), se refere à discriminação sentida pelas mulheres sós referindo que.” (...) A maioria dos espaços públicos continua a ser concebida para prestar serviços a grupos, casais ou famílias. Assim, não é de admirar que uma mulher que se move só, tenha ou não um parceiro, suscite e sinta estranheza nesses espaços, ao contrário dos homens, cuja presença solitária é aceite com maior naturalidade e não se presta a mal-entendidos, nem cria situações embaraçosas” (p.195)

6.3.2 Discriminação

As mulheres que fizeram parte do nosso estudo, ou seja as da primeira metade do século, assistiram às transformações ocorridas no nosso país, sendo algumas benéficas e outras serviram para ratificar a sua condição feminina desigual e discriminada em várias instâncias da vida nacional.

Não é só no espaço público que a mulher é alvo de discriminação, pois o mesmo acontece na família onde a discriminação da mulher é evidente. Mesmo trabalhando fora de casa as tarefas familiares continuam a ser da sua responsabilidade limitando-a na disponibilidade de exercer outras tarefas.

Segundo o “*Instituto Nacional de Estatística, 2001*” A população residente em Portugal é constituída por 51,7% de mulheres e 48,3% de homens, sendo reconhecida por lei como iguais mas na prática vivem em situação desigual, tanto no mercado de trabalho como nas tarefas inerentes à vida familiar, pois no espaço doméstico as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelo bem-estar dos filhos e dos ascendentes, onde desenvolvem um vasto trabalho não remunerado.

“Normalmente não saio com casais pois sinto uma certa hostilidade por parte das mulheres e também não vou a bares e não saio à noite sozinha” (E4).

A este propósito no estudo “Solidão, a busca do outro na era do Eu”, refere Elsa Teixeira (2001), “(...) a mulher a solo ainda é alvo de muitos preconceitos, não só dos homens como das outras mulheres. Ela é considerada por muitos como mais perigosa e frustrada que os homens na mesma situação “ (p. 42).

Por tudo o que foi dito pelas nossas entrevistadas, verificamos que as mulheres sentem algum constrangimento em ir a lugares públicos sozinhas, e também sobre este assunto a mesma autora refere que “ A segunda consequência mais importante de não ter um companheiro, para as mulheres, se prenda com o facto de não irem a lugares públicos sozinhas, devido ao stress que esse simples acto acarreta” (*ibid*, p. 43)

Quadro nº 18 – O que é a solidão?

6.4 A solidão não implica ausência de outros

FRASES SIGNIFICATIVAS	TEMAS	CATEGORIA
<p>“É estar no meio de muita gente e não ter com quem conversar” (E1)</p> <p>“E a ausência do outro (...) mas pode-se estar só mesmo acompanhada” (E2)</p> <p>“É interessante que eu ainda não senti isso de forma negativa, às vezes sinto-me só, mas quem não o terá já sentido mesmo vivendo acompanhada” (E3)</p> <p>“A solidão não tem nada a ver com o facto de se ter um companheiro” (E4)</p> <p>“A solidão está com as próprias pessoas (...) há pessoas que sentem solidão e estão acompanhadas” (E5)</p> <p>“A solidão era quando estava em casa sozinha, à noite saber que não tinha ninguém se me sentia mal” (E8)</p> <p>“É não ter com quem conversar as coisas íntimas, apesar de estar acompanhada sinto-me muito só e triste. Isto é solidão, tristeza, isolamento” (E9)</p> <p>“A solidão é estar com muita gente e estar só, porque a solidão não é só a ausência de pessoas é muito mais do que isso”(E10)</p>	<p>Solidão Acompanhada</p>	<p>A SOLIDÃO NÃO IMPLICA AUSÊNCIA DE OUTROS</p>

6. 4.1 Solidão Acompanhada

Ao analisarmos as frases significativas em relação ao tema da solidão, constatamos que a solidão não é apenas sentida pelas mulheres que vivem sós, ela faz parte também das que vivem acompanhadas. Segundo Cármen Alborch (2000) “A solidão das mulheres não se cinge a um estado civil determinado, inclui as várias vertentes da solidão do ser humano” (p.28).

“Para mim a solidão é a ausência do outro, mas pode-se estar só mesmo acompanhada, e quantas vezes isso me aconteceu” (E2)

De acordo com a autora referida anteriormente “A solidão manifesta-se quando nos tornamos conscientes da distância que separa a nossa alma da pessoa que está sentada a nosso lado no sofá” (p.108).

“Às vezes sinto-me só, mas quem não o terá já sentido mesmo vivendo acompanhada. No trabalho oiço tantas colegas que não vivem sós que me parece que sentem mais solidão do que eu” (E3)

A solidão pode ser sentida mesmo quando se está acompanhado, essa é talvez a pior das solidões porque temos pessoas à nossa volta e não conseguimos comunicar ou não sentimos vontade de o fazer.

Muitas vezes no ambiente familiar, por força das opções e das solicitações não existe espaço nem tempo para as pessoas se preocuparem umas com as outras, o conceito de partilha, amizade e construção conjunta são minimizados, ou até mesmo ignorados, ficando as pessoas entregues a si mesmas e sentindo-se sós, mesmo acompanhadas.

De acordo com Machado Pais, (2006), “A solidão pode viver-se quando se está com outros irrelevantes: num centro comercial, num lar de idosos, numa taberna ou até mesmo em família. Pode sentir-se maior desamparo no meio da multidão do que em estado solitário”. (p. 353)

“Solidão é estar aqui, com esta gente toda...isto é solidão, estou mais só do que quando estava em casa sozinha. Desço por volta das 8.30h, depois tomo o pequeno-almoço e ando por aqui a pensar na minha vida como era e como é agora, depois almoço e fico aqui pelo jardim” (E6)

“A solidão está com as próprias pessoas (...) Há pessoas que sentem solidão e estão acompanhadas” (E5)

“É não ter com quem conversar as coisas mais íntimas, pois apesar de estar acompanhada sinto-me muito só e triste” (E9)

Para Cármen Alborch (2000) “Poder-se-ia pensar que as pessoas que vivem sós sofrem mais de solidão, e assim é se as vincularmos ao elemento físico, ou seja, a um espaço que se organiza de acordo com esta circunstância, mas as duas coisas não estão indissoluvelmente ligadas, nem a solidão é património exclusivo das pessoas que vivem sós” (p.80)

Há também o lado bom da solidão, lidar com o nosso espaço, com o nosso tempo sem depender de ninguém. Como refere uma das entrevistadas:

“Eu não sinto solidão, mas penso que a solidão não tem nada a ver com o facto de ter um companheiro. Solidão é não ter ninguém em quem confiar e isso não me acontece, tenho muitos amigos com quem partilho a minha vida. Sou dona do meu espaço, faço o que me apetece” (E4)

Alguns aprendem a viver sós e depois têm dificuldades em aceitar alguém no seu espaço, outros há que nunca se habituam. Poucos são os que sabem apreciar o silêncio de estar só, e não lidam bem com o viver sozinho, procurando formas de ludibriar essa solidão.

“Quando reflecte uma condição de isolamento voluntário, a solidão pode ser essencial para o desenvolvimento da personalidade e da criatividade” (Pais, 2006, p.353)

Quadro nº 19 - A preferência por viverem sós

6.5 A solidão pode significar liberdade

FRASES SIGNIFICATIVAS	TEMAS	CATEGORIA
<p>“Sim, actualmente as mulheres preferem mais viver sozinhas” (E1)</p> <p>“(…) preferem muito mais viver sozinhas do que antigamente, eu quando tinha vinte anos não me passava pela cabeça ficar sozinha” (E2)</p> <p>“As mulheres preferem mais viver sozinhas do que antigamente, pois agora temos o nosso trabalho a nossa independência” (E3)</p> <p>“Sim, sem duvida as minhas amigas estão como eu sós e felizes, conseguimos a nossa independência (...) estou muito bem assim” (E4)</p> <p>“Sim sem dúvida, agora já não querem casar, querem ser livres e não ter obrigações” (E8)</p>	<p>A opção de ficar só</p> <p>As novas celibatárias</p>	<p>A SOLIDÃO PODE SIGNIFICAR LIBERDADE</p>

6.5.1 A opção de ficar só

Ao analisarmos as respostas das nossas entrevistadas, constatamos que foi referido por grande parte das mulheres (80%), o facto de hoje as mulheres preferirem muito mais viverem sozinhas do que antigamente. As mulheres cada vez mais optam por uma trajectória de vida baseada na autonomia, e essa emancipação criou um novo modelo de vida privada.

De acordo com Maria das Dores Guerreiro (2003), as unidades mono-residenciais de adultos jovens “cresceram mais, de 2,2% para 4,0%, o que é sintomático da ocorrência de novas dinâmicas familiares e de autonomia residencial, protagonizadas sobretudo pelas gerações nascidas após a década de 1950”. (p.39). Nos nossos dias viver só não significa estar infeliz ou ser excluída.

“Eu penso que as mulheres hoje preferem muito mais viver sozinhas do que há uns anos atrás, eu quando tinha vinte anos não me passava pela cabeça ficar sozinha, mas se fosse hoje não pensava duas vezes, vivia a minha vida de outra maneira teria feito outras opções como sair do país, eu gostava de ter sido guia intérprete mas o meu pai não achava bem...fiz-lhe a vontade e tirei secretariado” (E2).

Nas últimas décadas tem sido relevante o aumento de núcleos residenciais de pessoas sós, pois para além da população idosa, surgem também os núcleos de mulheres sós mais jovens, que valorizam a carreira.

“No passado a mulher solteira não tinha honras de família, e o conceito de família monoparental só surgiu nos anos 70 em Inglaterra” (Nunes, 2005, p.21)

6.5.2 As novas celibatárias

As novas formas de celibato surgem como impostas para algumas mulheres, mas para outras terá sido por opção. “Neste caso, é um celibato a que se chega por vontade própria ou por incapacidade de viver com alguém” (Alborch, 2000, p. 79).

“As mulheres preferem muito mais viver sozinhas do que antigamente, pois agora temos o nosso trabalho a nossa independência apesar de ser pesado pagar tantas despesas só com um ordenado e pequeno, mas antigamente não tinham nada ou casavam ou viviam de esmolas” (E3).

“Têm a independência delas e não precisam de ter um companheiro para serem felizes” (E5).

“Agora já não querem casar...querem ser livres e não ter obrigações” (E8).

Á medida que as mulheres foram incorporando o mercado de trabalho e tiveram acesso à educação, optaram por criar os seus próprios estilos de vida, mais independentes, pois o viver só não é o mesmo que estar só, ou ser uma pessoa solitária como podemos concluir através das respostas obtidas.

Para Cármen Alborch (2000)

“ A pessoa só – dizem - dá origem a um novo estado civil. Trata-se de uma opção, não de uma catástrofe. No entanto as razões porque se vive só devem ser analisadas caso a caso. Se a solidão é imposta por um abandono ou por incapacidade, a sua vivência não será a mesma que no caso de ser fruto de uma decisão decorrente de uma estratégia profissional, por exemplo, ou de uma peripécia pessoal, que não se liga necessariamente ao falhanço, nem ao desamparo ou à rejeição” (p.81)

A definição de solidão pode-nos levar a duas vertentes que vai da satisfação por uma situação escolhida ao inconformismo de uma situação imposta, onde se incluem as mulheres viúvas que entrevistamos, e para quem o estar só não foi uma opção que fizeram para as suas vidas, mas antes o resultado da trajectória conjugal interrompida por morte do companheiro.

“Tal como em muitos outros aspectos, também a respeito das pessoas só a contemporaneidade comporta várias realidades, onde se inscrevem dinâmicas com enraizamento em diferentes compassos históricos” (Guerreiro, 2003, p.48)

Quadro nº 20 - A razão da ausência de uma relação sentimental

6.6 A solidão marca a separação de relações

FRASES SIGNIFICATIVAS	TEMAS	CATEGORIA
<p>“Não tenho uma relação sentimental, porque não encontrei a pessoa ideal ou pelo menos que pensasse que era a ideal”(E1)</p> <p>“Actualmente não tenho uma relação sentimental, porque não aconteceu, acho que ainda era capaz de me apaixonar, apesar de ter ficado muito marcada pelo meu casamento” (E2)</p> <p>“Não tenho uma relação sentimental porque fiquei marcada por um relacionamento anterior, mas já passou e não estou interessada porque me sinto bem assim, faço o que me apetece, sou dona do meu espaço” (E4)</p> <p>“Não tenho uma relação sentimental porque (...) não sei, não aconteceu, aliás nunca deu certo...penso que ninguém está só por opção.”(E3)</p> <p>“Não tenho, mas hoje já não penso nisso porque sofri muito com o meu casamento” (E5)</p>	<p>A marca da separação</p> <p>Desencantamento</p>	<p>A SOLIDÃO MARCA A SEPARAÇÃO DE RELAÇÕES</p>

6.6.1 A marca da separação

Ao analisarmos as frases significativas sobre este tema, verificamos que a maioria das nossas entrevistadas referiu como a razão principal por não ter uma relação sentimental actualmente, o facto de ter ficado marcada por relações anteriores e também algumas não conseguem explicar a razão limitando-se ao *não aconteceu, não encontrei a pessoa ideal, não deu certo.etc.*

Pelas respostas obtidas dá-nos a ideia que a ausência de uma relação sentimental parece não ter sido uma opção. Foi sim o resultado de um conjunto de factores entre eles a marca deixada por uma separação e um desencantamento em relação a uma vida a dois.

De acordo com Abthony Giddens (2000) “A combinação de vários factores tem levado ao aumento do número de pessoas que vivem sozinhas, nas sociedades ocidentais modernas. Um factor é a tendência para as pessoas se casarem mais tardiamente (...) outro factor é o aumento das taxas de divórcio. Um outro é ainda o número crescente de idosos cujos companheiros morreram” (p.208)

Certamente que a marca que fica de uma separação não é sentida da mesma forma por todas as mulheres, para algumas será a descoberta de uma nova vida com mais autonomia e mais liberdade. Como nos dizem algumas das nossas entrevistadas:

“Não tenho uma relação sentimental porque fiquei marcada por um relacionamento anterior, mas já passou e não estou interessada, porque me sinto bem assim, faço o que me apetece” (E4)

“Não tenho, mas hoje já não penso nisso porque sofri muito com o meu casamento” (E5)

“Porque não encontrei a pessoa ideal ou pelo menos que pensasse que era a ideal, pois às vezes o que parece não é, quantas não partiram para o casamento cheias de expectativas e a pensar que tinham encontrado a pessoa ideal e acabou tudo passado pouco tempo, também deve ser difícil digerir um divórcio”(E1)

6.6.2 Desencantamento

É curioso verificar que um número significativo de mulheres que participaram no nosso estudo (50%) referiram o seu desencanto face a relações anteriores, mas algumas continuam na expectativa de encontrar o seu *príncipe encantado*.

Embora as mulheres prefiram ficar sós a terem de suportar qualquer tipo de relação, o que seria pior que a própria solidão continuam a sonhar com uma vida acompanhada.

Como refere Kaufmann (2000), “A construção do casal tornou-se difícil, mas não é proibido ter esperança (...) É preciso ter esperança e é preciso sonhar para dar forma às expectativas: quem é aquele que se deseja encontrar? É aqui que intervém a figura imaginária do príncipe encantado, filtro através do qual se desenham cenários do futuro” (p.67)

Como nos diz uma das entrevistadas:

“Não aconteceu, aliás nunca deu certo...penso que ninguém está só por opção, aconteceu assim e pronto, pode ser que ainda me apareça o príncipe encantado” (E3)

Pelas respostas obtidas depreendemos que a autonomia residencial de algumas entrevistadas pode não ter sido a primeira opção para as suas vidas e sim o resultado de alguns acontecimentos.

Sobre este assunto Maria das Dores Guerreiro (2003) refere que: (...) nada garante ter sido o celibato uma condição voluntariamente assumida para todos aqueles incluídos no contingente dos solteiros, podendo para alguns significar a existência de dificuldades em se apresentarem no mercado matrimonial” (p.42)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as reflexões finais pretendemos dar conta de uma forma sintetizada dos resultados alcançados pela pesquisa tendo por referência as questões e propósitos do trabalho.

O estudo tinha como principal objectivo compreender ou tentar compreender como é que um grupo diverso de mulheres sós viviam a sua solidão e saber se o *“viver só, foi uma opção ou o resultado de uma trajectória de vida”*.

A opção metodológica escolhida designadamente o instrumento de recolha de dados permitiu – nos alcançar o nosso objectivo.

A nossa amostra foi constituída por 10 mulheres, residentes em Alhos Vedros com idades iguais ou superiores a 50 anos, solteiras, viúvas ou divorciadas e que não habitassem com um companheiro.

A nossa análise engloba formas de solidão, que decorreram de trajectórias de vida estruturadas de forma diferente, mas que vieram desembocar numa vida a sós.

Dado o número relativamente reduzido de mulheres entrevistadas, os nossos resultados não podem ser de modo algum considerados representativos da população feminina residente sem companheiro nesta vila, mas podem indiciar alguns aspectos relativos à solidão feminina e, nesse sentido, fornecer algumas pistas para a realização de trabalhos futuros nesta área.

A faixa etária predominante situou-se nos 65 anos e mais, quanto ao estado civil verificou-se que 60% eram viúvas, seguindo-se 30% solteiras e 10% separadas.

Em relação ao número de filhos, 50% tem 2 filhos seguindo-se 40% sem filhos e 10% com 1 filho.

Quanto ao grau de escolaridade 40% possui o ciclo preparatório, 30% a 4ª classe e apenas 20% possui uma licenciatura.

No que diz respeito à situação profissional 60% são reformadas e 40% são trabalhadoras por conta de outrem.

Em relação ao rendimento mensal verificamos que 20% recebe entre €200,00 e €400,00, 30% entre €400,00 e €800,00, seguindo-se 20% entre €1.000,00 e €1.200,00 e apenas 10% acima dos €1.400,00.

A maioria das mulheres que fizeram parte do estudo, 60% vivem sós, onde se incluem as residentes no lar, e 40% vive acompanhada por familiares,

Na ocupação dos tempos livres encontramos 40% que vê televisão, seguindo-se 20% com a preferência pelo cinema e 30% com outra actividade, pelo que se pode deduzir que estas mulheres não mantêm uma relação de convívio mantendo-se algo isoladas.

No respeitante às saídas com a família e amigos são 80% as que costumam fazê-lo e com alguma frequência, e 20% não costuma sair.

Através da análise dos dados obtidos, podemos identificar alguns temas, a partir dos quais os resultados foram estruturados.

As entrevistadas da faixa etária dos 50 aos 60 anos apresentaram-nos um discurso franco e espontâneo mostrando uma grande disponibilidade para falar das suas vidas “a sós”, enquanto nas de idades mais avançadas a postura foi bem mais reservada.

Ao analisarmos os dados obtidos, verificamos que, em primeiro lugar, as mulheres referem uma maior autonomia e uma maior tranquilidade como os aspectos mais positivos por estarem sós.

Até ao início do século XX, à mulher estava destinado as ocupações relacionadas com a maternidade, amamentar os recém nascidos e alimentar e educar as crianças e cuidar da casa. Ao homem cabia o dever de alimentar a família com o seu trabalho.

A partir de meados do século XX, foi grande a mudança protagonizada pelas mulheres, dando-lhes outra posição social para além de donas de casa e mães.

A entrada das mulheres na esfera pública através do emprego, permitiu-lhes uma maior autonomia e individualidade, embora com alguns custos pessoais que lhes são exigidos em termos de dupla tarefa, devido à falta de partilha das tarefas domésticas e dos cuidados prestados aos filhos.

A conquista do voto feminino em 1968 e as acções do movimento de mulheres representaram maiores direitos legais e avanços, entretanto o facto de que mais de metade das mulheres portuguesas da primeira metade do século passou a vida sem saber ler e escrever e sem uma actividade remunerada dá-nos a ideia das limitações que estas mulheres tiveram ao longo das suas vidas.

A ausência de afecto e a dor do abandono foi-nos referenciado como os aspectos mais negativos para quem se encontra só, sendo as mulheres mais idosas e com baixos rendimentos quem mais sofre privações, isolamento e abandono. Para estas mulheres a verdadeira razão da sua solidão são os fracos recursos e a ausência do contacto com a família, o que as leva a sentirem-se inseguras e abandonadas. Como refere uma das participantes no estudo *“Para aqui estou abandonada (...)” (E6)*.

As mulheres idosas que fizeram parte do estudo deparam-se nesta fase com todas as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e desigualdades, porque a maioria não teve trabalho remunerado e conta apenas com os benefícios mínimos da segurança social. Mesmo as que trabalharam tiveram salários inferiores aos dos homens e isso resulta em reformas muito baixas tornando-as dependentes. Constatamos de um modo geral, estar em presença de um conjunto de mulheres que se inserem numa faixa da população com fracos recursos económicos (50% recebe menos de €500,00), onde podemos inferir que o seu nível de vida é bastante baixo, vivendo por isso numa situação de precariedade económica. Este aspecto é particularmente importante na medida em que a escassez de recursos económicos pode conduzir ao isolamento, à solidão e à exclusão.

As mulheres com menos idade e com rendimentos mais elevados sentem-se bem desfrutando da sua vida a sós, embora sintam alguma discriminação. Referiram ainda que há coisas que não fazem por estarem sós, como sair à noite onde se inclui a ida a um bar ou a uma discoteca.

A maioria dos espaços públicos continua a ser concebido para prestar serviços a grupos, casais ou famílias. Também o meio onde residem propicia este isolamento, por ser um meio de transição onde ainda existe alguma pressão social.

A solidão é sentida por todas as mulheres que fizeram parte do estudo, não é apenas sentida pelas que vivem sós o que nos demonstra que pode haver solidão mesmo quando se está acompanhado. O estar só não é o mesmo que sentir-se só, e viver só não é o mesmo que estar isolado ou ser uma pessoa solitária.

Como nos foi referido. *“A solidão está com as próprias pessoas (...)” (E5). “ (...) a solidão não é só a ausência de pessoas é muito mais do que isso” (E10)*

Apesar do aparecimento de uma vaga de núcleos de mulheres sós, (que valoriza a carreira) a maioria ainda é viúva, seguindo-se as que estão na situação de ruptura conjugal. As mulheres foram incorporando o mundo do trabalho e tiveram acesso à educação, o que as levou a criarem os seus estilos de vida mais independentes. Como nos referiu uma participante: *“(...) temos o nosso trabalho, a nossa independência (...)” (E3)*

Optam por uma trajectória de vida baseada na autonomia e sentem-se felizes com a opção de viverem sós, são as novas celibatárias.

No caso das viúvas e idosas que fizeram parte do nosso estudo, são mulheres que nasceram numa época em que as pessoas mais velhas tinham um papel importante na família, a qual cuidava dos seus idosos.

Actualmente a família é considerada, na sua maioria, nuclear, onde convivem pais e filhos, e muitas vezes somente mães e filhos, onde não há lugar para os mais velhos, não só porque o tamanho das residências não o permite, mas também porque as mulheres estão fora de casa a trabalhar não podendo cuidar dos seus idosos.

O trabalho desenvolvido promove uma reflexão sobre a questão do envelhecimento da população que acarreta implicações de grandes dimensões e problemáticas, ligados à economia, gerontologia e sobretudo às formas de sociabilidade geracionais.

É necessário entender o envelhecimento de uma forma mais adequada à realidade, ou seja um processo comum a todos, marcado por perdas e mudanças, mas propício a novas realidades.

Torna-se urgente a intervenção do Estado e das Autarquias criando redes sociais de apoio, e espaços que respondam às necessidades das pessoas a que se destinam. Em virtude das alterações verificadas no seio da família, em que o cuidar dos idosos era da responsabilidade da família, e onde o envelhecer era um processo integrado num ciclo de vida é necessário intervir de forma a encontrar soluções adequadas à vida actual.

Do conjunto das entrevistas analisadas ressalta a ideia que hoje as mulheres preferem mais viver sozinhas do que antigamente, embora 60% esteja só pela viuvez e 40% tenha referido como a razão da ausência de uma relação sentimental o facto de terem ficado marcadas por relações anteriores e o não terem encontrado a pessoa ideal.

Um número significativo (50%) mencionou o seu desencanto face a relações anteriores. Interessante também é verificar que a maioria continua com o desejo de encontrar um companheiro (*“o príncipe encantado”*).

Pelas respostas obtidas podemos concluir que **“a decisão de viver só, não foi uma opção, foi sim o resultado de uma trajectória de vida”**

Dada a complexidade e a dimensão desta temática, não podemos deixar de sugerir a realização de outros trabalhos de investigação, que possibilitem uma compreensão mais alargada nesta área.

BIBLIOGRAFIA

ABOIM, Sofia, “Evolução das Estruturas Domésticas” in “ Sociologia Problemas e Práticas”, nº 43, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 1- 30.

ALBORCH, Cármen, “Mulheres Sós”, 1ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2000

ALVES, Pe.Carlos F. Póvoa, “Subsidio para a História de Alhos Vedros: e as Informações Paroquiais de 1758 em Alhos Vedros e Moita”, s/l, Edição do Autor, 1981

ARON, Raymond, “Tratado de Sociologia”, Lisboa, Edições Asa, 1995

BADINTER, Elisabeth, “O Amor Incerto”, 1ª Edição, Lisboa, Relógio D’Água, s/d

BARDIN, Laurence, “Análise de Conteúdo”, Lisboa, Edições 70, 1977

BARROS, Myriam Moraes Lins de, “Velhice ou Terceira Idade”, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000

Caderno Sócio Cultural, Edição Câmara Municipal da Moita, 1996

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA, www.cmm.pt, capturado de 2006 a 2007 (várias data)

CARMO, Hermano, FERREIRA, Manuela, “Metodologia da Investigação”, Lisboa, Universidade Aberta, 1998

CASACA, Sara Falcão, “Flexibilidade de Emprego, novas Temporalidades de Trabalho e Relação de Género – A reconfiguração de desigualdade nos novos sectores dos serviços”, Dissertação de Doutoramento, ISEG-UTL, 2005

CEIA, Carlos, “Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos”, 5ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2005

CIDM, “Pobreza e Exclusão”, 2006, www.cidm.pt Capturado em 5/02/08

CITE, “Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens”, Lisboa, Edição Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 2003

DAUPHIN, Cécile, “Mulheres sós”, in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.) “História das Mulheres no Ocidente”, vol.4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), “O Século XIX”, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 477-493

DEBERT, Guita Grin, “A Reinvenção da Velhice – Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento” São Paulo, Edição da Universidade de São Paulo, 1999

DEMARTIS, Lúcia, “Compêndio de Sociologia”, Lisboa, Edições 70 Lda, 1999

DIAS, Isabel, *Violência na Família, Uma Abordagem Sociológica*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2004

ECO, Umberto, “Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas”, 7ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1998

ESTEVES, João Gomes, “As Origens do Sufragismo Português”, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998

ESTEVES, João Gomes, “A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas”, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994

EUROSTAT, “Labour Force Survey, 2002, 2003, 2004”, cálculos adaptados por Margarida Chagas Lopes, Seminário de Sociologia do Trabalho e do Lazer, Mestrado de Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, 2005, Universidade Aberta.

FERNANDES, Maria Lurdes Correia, “Viúvas ideais, viúvas reais (séculos XVI-XVII)”, *In* “FACES de Eva”, (1-2), Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 51-86

FERREIRA, J.M.Carvalho, “Sociologia” Lisboa, Editora McGraw-Hill de Portugal.1995

FERREIRA, Virgínia, “Os Paradoxos da Situação das Mulheres em Portugal”, *in* “Revista Critica de Ciências Sociais” nº 52/53, Coimbra, CES, pp. 199-227.

FONSECA, Laura, “Culturas Juvenis, Percursos Femininos”, Oeiras, Celta Editora, 2001

GIDDENS, Anthony, “Sociologia”, 2ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

GIDDENS, Anthony, “O Mundo na Era da Globalização” 1ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2000

GORJÃO, Vanda, “A reivindicação do voto no programa do Conselho nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1917)”, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994

GUERREIRO, Maria das Dores, “Pessoas Sós: Múltiplas Realidades”, *In* “Sociologia Problemas e Práticas”, nº 43, Oeiras, UNL, Celta Editora, 2003, pp.31-49

HANDKE, Peter, “La femme gauchère”, Collection Folin, Paris, Editions Gallimard, 1978

INE Portugal, “Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População”
Resultados Definitivos 2001

INE, Censos 1991, www.ine.pt. Capturado de 2006 a 2007 (várias datas)

INE, Censos 2001, www.ine.pt Capturado de 2006 a 2007 (várias datas)

JOAQUIM, Teresa, “Cuidar dos Outros, Cuidar de Si”, Lisboa, Livros Horizonte
Lda, 2006

KAUFMANN, Jean-Claude, “A mulher só e o príncipe encantado”, Lisboa,
Editorial Noticias, 2000

LAKATOS, Eva Maris, “Sociologia Geral” 6ª Edição, São Paulo, Editora Atlas
S.A, 1992

LISTER, Ruth, “Cidadania: Um desafio e uma oportunidade para as feministas,
in “Ex Aequo”, nº 7, Oeiras, Revista da Associação Portuguesa de Estudos
sobre as Mulheres, 2002, pp165-178

MAURITTI, Rosário, “Padrões de Vida na Velhice” *In* “Análise Social”,
vol.XXXIX nº 171, Lisboa, ICS, 2004, pp. 339-363.

MOREIRA, Carlos Diogo, “Planeamento e Estratégia na Investigação Social”,
Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1994

MOSS, Peter, “Conciliação da vida profissional com a vida familiar para as
mulheres e para os homens”, Actas do Seminário, *in* Cadernos da Condição
Feminina, nº 39, CIDM, Ministério do Emprego e da Segurança Social

NERI, Anita Liberalesso, DEBERT, Guita Grin, “ Velhice e Sociedade”,
Campinas, Editora Papirus, 1999

NUNES, Maria Paula, “O Envelhecimento no Feminino – Um desafio para o novo milénio” Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005

OLIVIER, Guy, “Dicionário de Sociologia”, Lisboa, Editorial Verbo, s/d

PAIS, José Machado, “Nos Rastos da Solidão”, Porto, Âmbar, 2006

PEREIRINHA, José, “Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida”, *in* *Análise Social*, nº 102, Lisboa, ICS, 1992

PERISTA, Heloísa, “Género e Trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *in* *Análise Social*, Vol.XXXVII, nº 163, pp. 447 – 474

PHILLIPS, Roderick, “Desfazer o Nó – Breve História do Divórcio”, Lisboa, Terramar, 1991

PUGEAULT, Catherine, CICCHELLI, Vincenzo, “Les Théories Sociologiques de la Famille”, Paris, Éditions La Découvert, 1998

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, L.Van, “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, 3ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2003

SCOTT, Joan, “A Mulher Trabalhadora”- *in* DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.) “História das Mulheres no Ocidente”, vol.4, FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle (dir.), “O Século XIX”, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 443-446

SHORTER, Edward, “A Formação da Família Moderna”, Lisboa, Terramar, 1975

SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira, “Metodologia das Ciências Sociais”, 13ª Edição, Porto, Edições Afrontamento, 2005

SILVA, Manuela, “A Igualdade de Género Caminho e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva”, 2ª Edição, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002

SILVA, Maria Regina Tavares da, “Feminismo em Portugal – na voz de mulheres escritoras no início do sec. XX”, 3ª Edição, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002

TEIXEIRA, Elsa, “Solidão, a Busca do Outro na Era do eu”, *in* “Sociologia Problemas e Práticas” nº 35, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp.31-47

TORRES, Adelino, “Sociologia e Teorias Sociológicas”, 2ª Edição, Lisboa, Editora a Regra do Jogo, 1981

TORRES, Anália, «Casamento: Conversa a duas vozes e em três andamentos» *In* “Análise Social”, vol. XXXVII nº 163, Lisboa, ICS, 2002, pp. 569-602.

TORRES, Anália, “Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos - Uma Análise Sociológica”, Oeiras, Celta Editora, 1996

TRIVINOS, Augusto, N.S, “A Pesquisa Qualitativa em Educação”, S. Paulo, Edições Atlas, 1987

TORRES, Anália, (Coord) SILVA, Francisco, MONTEIRO, Teresa e CABRITA, Miguel, “Homens e Mulheres entre Família e Trabalho”, Presidência do Conselho de Ministros da Segurança Social e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – Estudos nº 1, 2004

VALA, Jorge, “Metodologia das Ciências Sociais”, Porto, Edições Afrontamento, 1986

VASCONCELOS, Carolina Micaelis, "O Movimento Feminista em Portugal", 1ª Edição, Lisboa, Edição Fradique, 2002

VASCONCELOS, Pedro, "Famílias Complexas: Tendências de Evolução", *In* "Sociologia Problemas e Práticas", nº 43, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp 83-96

VASCONCELOS, Pedro, "Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe", *Análise Social XXXVII*, nº 163, Lisboa, ICS, 2002, pp.631.663

VIEGAS, José Manuel Leite, COSTA, António Firmino da, (org.) "Portugal, que Modernidade?", Oeiras, Celta Editora, 1998

WALL, Karin, LOBO, Cristina, "Famílias Monoparentais em Portugal" *in* "Análise Social", vol XXXIV, nº 150, Lisboa ICS, pp. 123-145

WALL, Karin, "Estruturas Domésticas em Portugal" *In* "Sociologia Problemas e Práticas", nº 43, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 9-30

WALL, Karin, *et al*, "Mães sós e cuidados às crianças", *Análise Social XXXVII*, nº 163, Lisboa, ICS, 2002, pp.631-663

WORSLEY, Peter, "Introdução à Sociologia", 5ª Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983

XIBERRAS, Martine, "As Teorias da Exclusão", Lisboa, Instituto Piaget, 1993

ANEXOS